

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL,
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

LELÍCIA FERREIRA AMORIM

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PROBLEMATIZANDO A EVASÃO EM
UMA ESCOLA DO INTERIOR DA BAHIA**

**São Mateus-ES
2015**

LELÍCIA FERREIRA AMORIM

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PROBLEMATIZANDO A EVASÃO EM
UMA ESCOLA DO INTERIOR DA BAHIA**

Dissertação apresentada à Faculdade Vale do Cricaré, para obtenção do título de Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Área de Concentração: Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Edmar Reis Thiengo

**São Mateus-ES
2015**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

A524e

AMORIM, Lelícia Ferreira.

Educação de Jovens e Adultos: problematizando a evasão de uma escola do interior da Bahia. / Lelícia Ferreira Amorim – São Mateus - ES, 2015.

96f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2015.

Orientação: Prof. Dr. Edmar Reis Thiengo.

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. Evasão escolar. 3. Alcobaça/BA. I. Título.

CDD: 374

LELÍCIA FERREIRA AMORIM

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PROBLEMATIZANDO A
EVASÃO EM UMA ESCOLA DO INTERIOR DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, na área de concentração Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Aprovada em 12 de Dezembro de 2015.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. EDMAR REIS THIENGO
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientador



Prof.ª Me. LUANA FRIGULHA GUISSO
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Prof.ª Dr.ª LUCIANA TELES MOURA
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Prof.ª Dr.ª KÁTIA GONÇALVES CASTOR
Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)

Ao meu **Deus**, pelo dom da vida, pela saúde, pela sabedoria e luz recebida em todos os momentos.

A minha mãe, **Elda Gonçalves Santos**, por ser o meu porto seguro, pois sempre me apoiou nas minhas decisões e está presente todos os dias da minha vida.

A meus filhos, **Fellipe Ferreira Amorim e Kaillo Ferreira Amorim**, pelo apoio, parceria e palavras de incentivo, e também por compreenderem minhas ausências ao longo da minha caminhada acadêmica e os meus motivos das minhas escolhas.

Ao meu esposo, **Márcio Correia Amorim**, pela parceria nas minhas conquistas, que Deus o abençoe.

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos primeiramente a Deus, que me proporcionou a minha certeza de encontrar alento por me iluminar e abençoar minha trajetória.

Ao meu Pai **Sivaldo** (*in memoriam*).

Se por um instante Deus esquecesse quem sou eu e me presenteasse com mais um pouco de vida ao teu lado, possivelmente não diria tudo o que penso, mas definitivamente pensaria em tudo o que me disse.

Portanto, pensando no que eu disse, fiz e senti, percebi que os momentos de história que realizamos juntos foram mais grandiosos do que pequenos.

Neste momento, palavras perdem o sentido diante das lágrimas contidas na saudade que sinto todos os dias.

Mas, a lembrança de seu sorriso e carinho é o que me faz neste instante insistir a viver e continuar realizando os meus objetivos.

O motivo deste até logo garante para mim a realização de mais uma vitória profissional e espiritual em minha vida. Sempre há um amanhã e a vida nos dá mais uma oportunidade para fazermos as coisas bem e é preciso aproveitar cada oportunidade.

Por isso, sei que você, pai, teve que ir, mas sei que você está bem e está torcendo aí, junto com Deus, para o meu sucesso hoje e sempre.

E faço das suas histórias maravilhosas as minhas histórias.

É a segunda vez que escrevo, mas você sabe que sempre será o meu esteio em tudo que faço, os nossos momentos foram marcantes, porque o nosso amor é um fator inalterável nos momentos de sucesso ou fracasso; sentir-se fracassada quando você partiu isso pode parecer irrelevante, mas o consolo sempre aparece.

Com a sua ida, a cada dia fui descobrindo o porquê de sua partida. Assim me fortalecendo para driblar os desafios da vida.

Essa é a segurança que não se encontra em qualquer outro lugar. Amo-te e onde quer que esteja, continuo te amando e um dia nos encontraremos. Milhões de beijos, estou com muita saudade.

Em especial aos meus pais, **Sivaldo e Elda**, que souberam me encaminhar para os desafios da vida, e a minha família.

Aos meus irmãos, **Silvano, Silmário e Hélio**, e minhas irmãs, **Lêdia, Léia, Veralice, Elmar e Lélia**, pela credibilidade e por me incentivarem a caminhar na busca de meus objetivos.

Aos meus sobrinhos, sobrinhas e as minhas amadas cunhadas e cunhados pelo carinho.

Ao meu orientador, professor Dr. **Edmar Reis Thiengo**, pela paciência, dedicação e excelentes contribuições na pesquisa.

Aos membros da banca, professora **Luana Firgulha Guisso, Luciana Teles Moura e Katia Gonçalves Castor**, pelas ricas sugestões e contribuições.

Aos eternos mestres: **Nelcida Cearom, Enelita de Souza Freitas, Renato Pereira Aurélio, Alessandro Silva e Eurides Santos de Oliveira**, aos demais educadores que, ao longo da minha formação acadêmica, têm contribuído para o meu crescimento pessoal e profissional.

Aos professores do mestrado que abrilhantaram a minha formação, e a todos aqueles que diretamente e indiretamente torceram junto comigo para o meu sucesso.

Aos colegas de trabalho, em especial, a **Benedito Borel Conceição**, que me incentivou a fazer o mestrado na Faculdade Vale do Cricaré, a **Lusinalva Santos de**

Oliveira pela parceria e Anilda França pelo respeito. A **Josileide Santos Nunes** pelo carinho.

A minha eterna gratidão ao colega do curso **Daniel Silva Santos e Maria Soares Cunha**, pela parceria e amizade.

Aos ex-alunos do 8º e 9º ano da Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal do Ensino Fundamental e toda equipe, que me acolheram em suas casas, locais de trabalho, escola e, com seus relatos, contribuíram para o sucesso desta pesquisa.

A **Marciel Soares Noronha e o Huatila Fonseca**, pela parceria nas horas necessárias, o meu eterno agradecimento.

A todos os colaboradores e demais pessoas que de alguma forma contribuíram para que eu realizasse este trabalho de muita importância para a minha formação acadêmica.

Só seremos vencedores caminhando juntos, por isso, sou eternamente agradecida a todos. Enfim, o meu muito obrigada!

“Nunca deixe que lhe digam
Que não vale a pena acreditar no sonho
que se tem.
Ou que seus planos nunca vão dar certo
Ou que você nunca vai ser alguém (...).
Mas sei que um dia a gente aprende.
Quem acredita sempre Alcança!”

Renato Russo.

RESUMO

AMORIM, Lelícia Ferreira. **Educação de Jovens e Adultos: problematizando a evasão em uma escola do interior da Bahia.** 2015. 96 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, ES, 2015.

Esta pesquisa objetiva problematizar a evasão, sob a ótica dos alunos da Educação de Jovens e Adultos em uma escola de ensino fundamental do interior da Bahia. A questão central foi identificar os fatores que contribuíram para a evasão de alunos da EJA no município de Alcobaça, Estado da Bahia. A proposta metodológica utilizada foi de caráter exploratório e natureza qualitativa, cujos dados decorreram da visão dos discentes, docentes e gestores, que participaram do objeto de investigação desta pesquisa. Foram investigados quinze alunos que abandonaram os estudos no 8º e 9º ano, na 2ª Etapa da Educação de Jovens e Adultos em 2014; cinco professores, um coordenador pedagógico e um diretor que atua no *campus* pesquisado atualmente. Para tanto, utilizou-se como técnica de pesquisa a entrevista semiestruturada, com questões abertas, com posterior transcrição da fala dos dados coletados dos participantes da unidade de ensino. O referencial teórico tem seus fundamentos nos autores Haddad e Di Pierro (2000), Soares (1996) e Gadotti (2001), que descrevem as transformações ocorridas nessa modalidade de ensino desde o Brasil Império até a atualidade. Considerou-se Cearon (2011), Brandão (2004) e Arroyo (2011) para a problematização da evasão sobre a ótica dos alunos, e também há a contribuição dos autores Schargel e Sminck (2002) Alonso (2001) e Saviani (2008), que discutem a relação professor-aluno e escola-aluno no contexto da educação de Jovens e Adultos. Os relatos apontados pelos sujeitos que participaram da pesquisa permitiram traçar as principais causas da desistência dos educandos. Com base nos resultados da pesquisa, foi possível apontar o indicativo de que a evasão escolar é um fator de ordem social integrado com a ausência de uma proposta de ensino construída pela unidade de ensino de forma que atenda às peculiaridades dos alunos dessa comunidade. Assim, ficou evidente a importância de se constituir uma política educacional participativa em consonância com as necessidades apresentadas, visando à inclusão da Educação de Jovens e Adultos na escola pesquisada.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Inclusão, Evasão Escolar.

ABSTRACT

AMORIM, Leticia Ferreira. Youth and Adult Education: questioning the avoidance of Bahia in a country school. 2015 96 f. Thesis (MS). Faculty Valley Cricaré, São Mateus, ES, 2015.

This research aims to discuss truancy, from the perspective of students of the Youth and Adult Education in a primary school of Bahia. The key issue was to identify the factors contributing to the dropout students of the EJA in the town of Alcobaca, State of Bahia. The methodology used was exploratory and qualitative nature, whose data resulted from the vision of students, teachers and managers who participated in the research object of this research. Fifteen students were investigated out of school in 8th and 9th year, the 2nd Stage of the Youth and Adult Education in 2014; five teachers, an educational coordinator and a director who acts on campus currently researched. For this purpose, it was used as research technique the semi-structured interviews with open questions, with subsequent transcription of speech data collected from participants in the teaching unit. The theoretical framework has its foundations in the authors Haddad and Di Pierro (2000), Smith (1996) and Gadotti (2001), describing the changes occurring in this type of education from Brazil Empire to the present. It was considered Cearon (2011), Brandão (2004) and Arroyo (2011) to the questioning of evasion on the perspective of students, and there is also the contribution of the authors Schargel and Smink (2002) Alonso (2001) and Saviani (2008) , discussing the student-teacher ratio and school student in the context of youth and adult education. The reports pointed out by subjects who participated in the survey allowed to trace the root causes of dropout of students. Based on the results of the research, it was possible to point the indication that truancy is an integrated social factor with the absence of an educational proposal built by the teaching unit in a way that meets the peculiarities of the students of this community. Thus, it became clear the importance of setting up a participatory educational policy in line with the current requirements, aimed at inclusion of the Youth and Adult Education in the research school.

Keywords: Youth and Adult Education, Inclusion, School Failure.

LISTA DE ABREVIATURAS

CEAA	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CEB	Câmara de Educação Básica
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNEA	Congresso Nacional de Educação de Jovens e Adultos
CNEAD	Comissão Nacional de Alfabetização e Educação Assistemática
CONFINTEA	Conferência Internacional sobre Educação de Adultos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMEF	Escola Municipal do Ensino Fundamental
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PEB	Programa de Educação Básica
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PRAJA	Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PRONERA	Programa Nacional de Reforma Agrária
SEA	Serviço de Educação de Adultos
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFJFMG	Universidade Federal de Juiz de Fora de Minas Gerais
UNEB	Universidade Estadual da Bahia
UNE	Campanha de Pé no Chão
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Memória acadêmica	15
1.2 Objetivos da pesquisa	17
1.3 Justificativa	18
1.4 Organização do trabalho	21
2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL	25
2.1 Um Pouco de História	25
2.2 Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental	29
2.3 Educação de Jovens e adultos: Eventos Importantes.....	34
2.4 Educação de Jovens e Adultos X Evasão: Pesquisas em Destaque	40
3 REFERENCIAL TEÓRICO	46
3.1 Inclusão dos Jovens e Adultos no Âmbito da Escola Pública	46
3.2 Evasão na Educação de Jovens e Adultos: Cenários.....	49
3.3 Práticas Pedagógicas e a Prevenção da Evasão Escolar.....	57
4 PERCURSO METODOLÓGICO	63
5 ANÁLISES E DISCUSSÕES	69
5.1 Evasão na Perspectiva dos Alunos.....	69
5.2 Experiência Vivenciada com a EJA: Perspectiva dos Professores	74
5.3 Trabalhando com a EJA: Perspectiva da Coordenação Pedagógica.....	77
5.4 A EJA na Perspectiva da Direção da Escola	78
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	85
APÊNDICES	88
ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

A educação profissional no Brasil passou por momentos importantes tanto no que diz respeito à valorização quanto à desvalorização da mesma. A década de 80 instituiu mudanças que apontaram para a direção do preparo dos alunos para o mercado de trabalho, como a exigência da Educação Básica para a maioria dos empregos com carteira assinada; também nesse período emergiram os cursos profissionalizantes para atender a demanda do mercado. Ocorre, então, uma procura maior por mão de obra qualificada, fazendo com que as pessoas com pouca qualificação procurassem a escola para obter uma formação mais adequada (SOUZA, 2005).

Desse modo, o acesso e a qualidade do ensino tornam-se importantes no processo ensino-aprendizagem na educação básica ao assegurar a “universalização do acesso”, e promover a aprendizagem para garantir a universalização do ensino fundamental também se torna fundamental para a educação em todas as modalidades de ensino. Nesse período, há avanços educacionais como, por exemplo, o financiamento de investimentos, surge à criação do Fundef, mais tarde, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o Fundeb, que contribuiu para a inserção de mais alunos nas escolas públicas do Brasil. Porém, o autor acrescenta que mesmo com os avanços alcançados não foi suficiente ofertar uma educação de qualidade (SOUZA, 2005).

Souza (2005) acredita que para uma educação de qualidade não basta só investir no acesso dos estudantes na escola, ter profissionais qualificados para o mercado de trabalho, também é preciso ter nas equipes recursos humanos comprometidos e materiais adequados a cada etapa de ensino da Educação Básica. Para o autor, nesse período aumentou o ingresso de Jovens e Adultos no ensino noturno na busca por uma formação profissional, devido às exigências impostas pelo próprio avanço tecnológico. Além disso, essas também foram algumas das razões que contribuíram para a inserção de mais pessoas no ambiente acadêmico.

1.1 Memória Acadêmica

O final da década de 80 marcou o início de minhas atividades acadêmicas, ao ingressar em 1989 em uma escola de ensino fundamental na cidade de Itanhém, interior da Bahia. Logo em seguida, surgiu a necessidade de adquirir mais e mais informações, e de uma maior especialização em áreas que necessitava de mais saberes para melhor desempenhar as atividades assumidas. Dessa forma, outras experiências acumularam-se em minha vida profissional, alcançando o cargo de coordenadora pedagógica.

O exercício profissional é a oportunidade de associar a teoria apreendida no universo acadêmico com a ação pedagógica em sala de aula, além de preparar o sujeito para enfrentar os desafios surgidos na profissão escolhida.

Segundo Alves (1984), a escola exerce a função de encanto ou desencanto na vida dos estudantes. Assim, o convívio dos alunos com o ambiente formal precisa ser prazeroso e significativo, de maneira que eles possam se sentir seguros no processo de construção de seu próprio saber e tenham também considerado o conhecimento prévio para a efetivação do processo ensino-aprendizagem.

A caminhada de educadora oportunizou o conhecimento de diferentes métodos de ensino, em especial aqueles que contribuem para o saber sistêmico. Segundo Freire (2006, p.25), o método de ensino mais adequado para uma aprendizagem interativa é aquele que “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. Assim, percebi que na relação ensino-aprendizagem alunos e professores aprendem juntos, independente das diferenças existentes entre os sujeitos.

Para Gonçalves (2002), o profissional da educação precisa ser coerente e não dogmático, ser comprometido com a verdade, uma vez que o aluno é um companheiro de jornada e com ele deve-se estabelecer uma relação de amor que faz do ensino-aprendizado um ato de solidariedade e prazer.

Nessa linha, Freire (2006) aponta que é pertinente planejar as propostas de ensino com referência nas necessidades de aprendizagens dos discentes. Por isso, as intervenções aplicadas em consonância com as práticas pedagógicas podem

estimular os educandos a aprender, bem como contribuir para a permanência dos alunos no ambiente educacional.

Porém, muitas e diversas foram as inquietações observadas no dia a dia da profissão, como a idade defasada dos alunos, a ausência de material didático específico para os discentes da Educação de Jovens e Adultos que não tiveram acesso à escola no tempo certo, abandono escolar, dentre outras situações consideradas como obstáculos para o sucesso da aprendizagem. O contexto estimulou-me a consultar algumas teorias que abordassem essa temática. A partir desse momento surgiu o interesse pessoal em conhecer melhor as causas que conduzem os alunos ao desinteresse pelos estudos e a se evadir da escola com facilidade.

A evasão escolar sempre foi um assunto que me chamou atenção na educação dos Jovens e Adultos. Nesse sentido, comecei a questionar as razões dos alunos se evadirem da escola. Sem resposta para tal pergunta, mas desejando compreender de que maneira os discentes que não tiveram acesso aos estudos na idade certa pudessem retornar a ele e/ou aperfeiçoá-los, fui participar de cursos de atualizações na área específica da modalidade de jovens e adultos.

Na concepção de Brandão (2004), a produção do conhecimento a respeito da temática em discussão ainda é pequena e limitada. O problema em questão remete a uma discussão da seletividade social dentro das escolas. Os altos índices de evasão no Brasil vêm atravessando todos os programas de investimentos na educação fundamental.

Para serem minimizados, alguns desses entraves dependem de ações do poder público, outros, contudo, podem ser solucionados com iniciativas tomadas ao longo do ano pelos gestores escolares e suas equipes, que têm a responsabilidade de assegurar as condições de ensino e aprendizagem com qualidade.

Assim, as exigências da qualificação profissional para uma prática significativa contribuiu para, em 2014, ingressar na Pós-Graduação *Stricto Sensu*, no curso de Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional na Faculdade Vale do Cricaré, que vem contribuir para a investigação acadêmica.

Entretanto, a pesquisa emergiu de observações feitas no ano de 2013 no planejamento dos professores da Educação de Jovens e Adultos que, ao relatarem as dificuldades de executar o plano de ensino semanal, justificavam dizendo acontecia um rodízio grande de alunos no turno noturno. Além disso, durante o estágio supervisionado para a conclusão do curso de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas na escola pesquisada foi possível notar o alto índice de evasão na segunda etapa do Ensino Fundamental II, na modalidade de ensino EJA.

O local da pesquisa também se tornou um espaço estimulador porque está localizado no extremo sul da Bahia, com uma população caracterizada pela etnia negra, e economia baseada na agricultura familiar. Assim, observou-se que muitas mulheres e homens que trabalham na cultura do maracujá como diarista durante o dia, à noite procuram estudar na única escola da rede municipal que oferece essa modalidade de ensino e existe desde 1982 no Distrito de Alcobaça.

Dessa forma, ao considerar a emergência de se discutir o tema evasão na educação de Jovens e Adultos, problema esse que afeta consideravelmente não apenas a escola, mas também os indivíduos evadidos, foi proposta a seguinte questão para nortear esta pesquisa: **Que fatores contribuíram para a evasão de alunos da Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal do Ensino Fundamental São José no ano 2014?**

Frente a esse contexto e situação, e com o compromisso de contribuir com reflexões que possam promover políticas públicas concretas e realistas para transformar o panorama atual da Educação de Jovens e Adultos da escola pesquisada, são apresentados os objetivos a seguir.

1.2 Objetivos da Pesquisa

A resposta à questão acima proposta conduz a caminhos importantes para se organizar um projeto escolar que contemple e preveja possíveis evasões e, conseqüentemente, proponha ações que as previnam. Com o propósito de responder tal questão, realizou-se a presente pesquisa com os seguintes objetivos:

Objetivo Geral

- Problematizar a evasão escolar, sob a ótica dos alunos da educação de Jovens e Adultos em uma escola de ensino fundamental do interior da Bahia.

Objetivos Específicos

- Identificar as razões dos alunos ingressarem na educação de Jovens e Adultos;
- Verificar se os objetivos inicialmente propostos pelos alunos foram alcançados;
- Discutir a relação professor-aluno e escola-aluno no contexto da educação de Jovens e Adultos da escola em estudo;
- Discutir as razões dos alunos abandonarem o curso em que ingressaram.

1.3 Justificativa

Justifica-se a pesquisa por se tratar de um tema relevante para o cenário da educação do século XXI, em que são discutidos em diferentes espaços os entraves que contribuem para a desistência dos alunos do noturno do ambiente escolar. Desse modo, por meio da investigação foi possível conhecer os fatores contributivos para a evasão, e, então, procurar por caminhos a serem percorridos para se reduzir a evasão escolar da Educação de Jovens e Adultos na 2ª Etapa do Ensino Fundamental.

O estudo tem sua relevância porque pretende compreender os motivos particulares que contribuíram para a evasão da EJA, bem como identificar quais razões específicas para o abandono escolar envolvem o público pesquisado. Assim, este estudo permitiu conhecer as expectativas que ajudaram muitos alunos a ingressar nessa modalidade de ensino. A pesquisa também trouxe para os sujeitos participantes a oportunidade para relatar suas angústias e algumas sugestões que possam contribuir futuramente para a construção de um ambiente escolar inovador com a participação de todos no processo ensino-aprendizagem.

Outra razão importante para abordar a temática voltada para a problematização da evasão escolar na EJA foi a oportunidade de sugerir ações para a permanência dos

alunos nos estudos no ambiente escolar, tanto para a equipe pedagógica quanto para a equipe administrativa.

Nesse contexto, a pesquisa propiciou a compreensão de que a inserção de alunos da Educação de Jovens e Adultos não se constrói de maneira individual, mas no coletivo. Portanto, o porteiro, a serviçal, a secretária escolar, o coordenador pedagógico, o diretor, os professores, os pais e a comunidade escolar, todos têm parcela importante na caminhada para a inclusão escolar dos alunos trabalhadores.

A investigação tornou-se viável, pois estimulou os envolvidos a buscar possíveis soluções, não apenas só no *campus* da pesquisa, mas também na região na qual se encontra inserida; da qual pôde emergir a reflexão dos pesquisadores. Além disso, o estudo contribuiu para despertar na comunidade escolar desejos por uma educação justa, os indivíduos possam se sentir parte integrante das transformações sociais. A pesquisa torna-se, assim, importante para a expansão da educação dentro da acadêmica no Distrito e das demais comunidades estudantis da Bahia, do Brasil e do mundo.

A pesquisa tem suas referências bibliográficas em diversos autores e estudiosos do assunto, na consulta de trabalhos acadêmicos já publicados, desenvolvidos por outros pesquisadores, e também o embasamento da Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, que fundamenta e alicerça a educação nacional, desde a educação básica até a educação superior.

O artigo 37º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ressalta que a Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ao ensino na idade certa. Assim, fica subentendido que os municípios têm a responsabilidade de disponibilizar vagas para alunos que necessitam estudar no turno noturno, mas também zelar pela permanência e qualidade da educação ofertada.

A pesquisa apresenta um corpo teórico que serviu de eixo norteador para a reflexão e a ação acadêmica na construção de suporte metodológico e teóricos na Educação de Jovens e Adultos. Para compreender o que ocorreu no contexto histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, Gadotti (2001) discorre sobre as

transformações ocorridas na modalidade da EJA desde o início, até os dias contemporâneos.

Os estudiosos Cearon (2011), Brandão (2004) e Arroyo (2011) proporcionam uma abordagem da problematização da evasão escolar sob a ótica dos alunos da Educação de Jovens e Adultos na Educação no Brasil, procurando identificar as razões pelas quais os alunos ingressam nessa modalidade de ensino ao longo dos anos. Também procuram sinalizar as reflexões sobre a evasão escolar na visão do aluno, bem como apontam os diversos motivos para o abandono escolar na modalidade de EJA. Os autores Alonso (2001), Saviani (2008) trazem concepções interessantes sobre a relação professor-aluno e escola-aluno no contexto da Educação de Jovens e Adultos.

Dessa forma, as teorias consultadas contribuíram para evidenciar novas ações que podem servir de instrumentos sinalizadores para atender não só aos alunos da EJA da escola pesquisada, mas de todos aqueles que se preocupam com a qualidade de ensino relacionada à qualificação profissional.

A Educação de Jovens e Adultos, de acordo o referencial teórico utilizado na pesquisa, traz uma perspectiva inclusiva à medida que se propõe a ofertar melhores condições aos estudantes do ensino noturno, em especial àqueles oriundos de classes sociais menos favorecidas, pois os alunos que procuram se qualificar para o mercado de trabalho pretendem também a valorização profissional e pessoal diante de qualquer situação social.

O estudo do tema contribuiu para encontrar respostas acerca do alto índice de evasão escolar nesse segmento, e para uma reflexão no processo ensino-aprendizagem, principalmente no que se refere às metodologias de ensino e demais intervenções pedagógicas, que possam servir de base para a permanência dos alunos do ensino noturno.

Acredita-se que o processo de discussão sobre a educação de Jovens e Adultos apresentado no estudo possa servir de referência no atendimento a diferentes tipos de perfil dos educandos, sejam eles jovens, adultos e idosos, além de possibilitar

avaliar as propostas pedagógicas curriculares da EJA, tendo como foco a permanência dos alunos nos estudos na escola e sua inclusão na sociedade.

1.4 Organização do Trabalho

O estudo apresenta uma abordagem sobre a evasão escolar na segunda etapa da Educação de Jovens e Adultos, que trata da formação fundamental e está estruturado em seis capítulos, a saber:

O primeiro capítulo traz a introdução da pesquisa, na qual se encontram descritas as angústias que contribuíram para o interesse pela temática abordada, os caminhos percorridos até se chegar ao objeto de estudo, e também a problematização dos objetivos que estimularam esta investigação. A justificativa apresenta a relevância dos caminhos percorridos ao se investigar a evasão escolar sobre a ótica dos alunos da Educação de Jovens e Adultos, na 2ª Etapa de Ensino Fundamental da Escola Municipal do Ensino Fundamental São José.

Portanto, problematizar o abandono escolar sobre a visão dos alunos foi necessário diante de preocupações sinalizadas por educadores, principalmente aquelas relacionados ao não cumprimento dos objetivos durante as aulas. Igualmente foi útil para identificar as causas da evasão escolar na unidade escolar, apontar alternativas para reduzir o índice de desistência de alunos e, ao mesmo tempo, procurou verificar se a escola vem despertando o interesse dos alunos pelo processo ensino-aprendizagem.

O segundo capítulo destina-se à revisão da literatura por meio de estudos a respeito da temática realizados nos últimos anos, a fim de contribuir para o enriquecimento desta pesquisa. As produções consultadas sobre a evasão, permanência na Educação de Jovens e Adultos nos diferentes sites das universidades federais trazem resultados significativos para conter a evasão da EJA, uma vez que apontam que essa problemática só poderá diminuir por meio de uma política pública planejada e participativa, em que todos se tornam responsáveis pela inclusão educacional.

Assim, não basta apenas conhecer e seguir o que está explícito na LDB 9394/96, Capítulo 37, a respeito do direito e permanência dos alunos da EJA, faz-se necessário o envolvimento da comunidade escolar de forma a contribuir no cumprimento de ações participativas que podem auxiliar na articulação entre os órgãos responsáveis pela melhoria da qualidade do ensino aprendido, evitando-se, assim, os altos índices de evasão escolar.

O terceiro capítulo apresenta o referencial teórico, e traz parte da trajetória histórica da EJA no Brasil, apresenta a proposta curricular da EJA, descreve sobre a evasão escolar sob a ótica dos estudantes, como e também o porquê dos egressos dos alunos no noturno. Por último, aborda-se a evasão de alunos da educação de Jovens e Adultos.

A fim de compreender o sentido da evasão escolar na pesquisa, Arroyo (2011) conceitua como abandono escolar aqueles que saem da escola antes de concluir o estudo básico por diversas razões. O autor acredita que os motivos são mais de ordem social e econômica. Desse modo, ultrapassam a sala de aula, porém a escola tem a missão de intervir no que lhe compete.

De acordo a literatura utilizada na investigação, os Jovens e Adultos devem superar a dificuldade, reconhecer que podem ser incluídos na escola e na sociedade, esquecer trajetórias perversas de exclusão social, e passar a exigir os direitos básicos à vida para o “exercício pleno da cidadania”.

Com base no que os autores dissertam sobre a temática em pauta, percebeu-se que não se deve procurar culpados pela evasão escolar, o que é preciso é propor medidas para reverter a situação ou prevenir sua ocorrência. Os autores ainda ressaltam que os professores e a gestão escolar devem realizar discussões pedagógicas no intuito de criar alternativas para manter os alunos inseridos no sistema de ensino com qualidade.

No quarto capítulo, define-se o método e a justificativa do instrumento de pesquisa, como a composição das entrevistas, as principais questões e as trajetórias dos pesquisados em busca da escolarização. Optou-se pela pesquisa qualitativa na concepção de Trivinos (2008), por meio da qual o autor expressa que esse tipo de

investigação é considerado como uma “expressão genérica” e específica. Dividiu-se o estudo em etapas, sendo que o primeiro momento se inicia pelo levantamento do referencial bibliográfico sobre o tema em pauta e pela apresentação de algumas produções científica já produzidas sobre o assunto.

O método adotado foi o exploratório, as técnicas de registro e de análise de dados, e o tratamento dos dados ocorreram da seguinte forma: as informações coletadas foram organizadas, tabuladas e analisadas para possibilitar a interpretação. A Secretaria de Registros Acadêmicos da escola contribuiu com as informações por meio de relatórios extraídos de arquivos ativos sobre a temática pesquisada.

No quinto capítulo, discutiram-se os dados coletados com a literatura consultada, utilizando, para tanto, a visão dos alunos, professores e gestores, de forma articulada e em um diálogo constante com as teorias apresentadas nos capítulos anteriores, respondendo às questões que nortearam a execução desta pesquisa.

Objetivos propostos, que apresentou como principais causas específicas da evasão do *campus* pesquisado a metodologia adotada pelos professores, o horário de iniciar as aulas, o trabalho longe de casa, e as dificuldades de assimilar os conteúdos em matemática e Inglês.

Outros motivos surgiram, porém foram considerados de menor índice de evasão, como os problemas de saúde, transporte escolar e ter filhos pequenos sem ter apoio algum para cuidá-los na ausência, foram citados. De qualquer forma, chamou bastante atenção na entrevista a angústia demonstrada pelos entrevistados quando o assunto versava sobre as razões que contribuíram para não concluir os estudos.

O sexto capítulo apresenta as considerações sobre a pesquisa, a reflexão dos resultados, e as recomendações sinalizadas no intuito de contribuir para a redução da evasão escolar.

Nesse horizonte, foram observadas as contribuições da dissertação no universo acadêmico da EJA. Os resultados alcançados apontam que, para a permanência de cada sujeito excluído da vida social, sem a garantia de um futuro promissor, faz-se

necessário uma política pública educacional participativa e em conformidade com as necessidades da escola pesquisada.

Nesse sentido, recomenda-se novas posturas no repensar pedagógico não apenas na escola pesquisada, mas em todo o espaço em que se encontra inserida a educação de Jovens e Adultos, bem como rever a organização curricular e metodológica aplicada e a formação dos professores da educação da EJA, que deve ser adequada ao perfil dos alunos.

Assim, evidencia-se a importância de se constituir uma política educacional participativa em consonância com as necessidades apresentadas para a inclusão da Educação de Jovens e Adultos em todos os espaços ocupados na sociedade, para que os mesmos se sintam importantes na reconstrução de sua própria história.

2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

2.1 Um Pouco de História

Para compreender o que ocorreu no contexto histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, os autores Haddad e Di Pierro (2000), Soares (1996) e Gadotti (2001), descrevem as transformações ocorridas nessa modalidade de ensino desde o Brasil Império até a atualidade.

Os conhecimentos de Cearon (2011), Brandão (2004) e Arroyo (2011) versam sobre a abordagem da problematização da evasão escolar, sob a ótica dos alunos da educação de Jovens e Adultos na educação no Brasil de maneira a identificar as razões que levaram os alunos a ingressar na modalidade de ensino. Os autores procuram sinalizar reflexões sobre a evasão escolar na ótica do aluno, como também apontam os diferentes motivos para o abandono escolar no ensino da EJA.

Os autores Schargel e Smink (2002) Alonso (2001) e Saviani (2008) trazem concepções importantes sobre a relação professor-aluno e escola-aluno no contexto da educação de Jovens e Adultos da escola, apresenta sugestões sobre como interagir com o assunto ao considerar a aluno como o sujeito fundamental na relação ensino-aprendizagem.

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil é um processo que teve início desde a colonização de maneira informal por meio da família, nos locais de trabalho, nos espaços de convívio sociocultural, lazer e nas instituições religiosas, ocorrendo de forma sistemática mais tarde nos ambientes escolares (SOARES, 1996).

Para Soares (1996), as políticas públicas voltadas à educação de Jovens e Adultos adquiriram a identidade e as características próprias, e necessárias para o seu desenvolvimento, a partir da segunda metade do século XX, em que o pensamento pedagógico passou a ser respeitado nos debates, fórum, seminários nacionais e internacionais sobre essa modalidade de ensino.

Segundo Soares (1996), as atividades educativas nessa modalidade começaram muito cedo, uma vez que no período colonial os religiosos adultos já tinham compromissos missionários com o ensino, pois evangelizavam as pessoas,

transmitiam normas de comportamento, e ensinavam os ofícios precisos para o funcionamento da economia colonial. Assim, pode-se inferir que as ações envolvendo os adultos no universo letrado não é muito novo.

A Constituição do Brasil de 1824 deixa explícita a forte influência educativa para os alunos da Educação de Jovens e adultos, visto que muitos alunos aprenderam a ler e a escrever. Assim, durante todo o tempo imperial, só tomou dimensão a ideia da modalidade de ensino para adultos analfabetos primeiro na cultura jurídica, mais tarde sendo respaldada pelas Constituições do Brasil.

Para Haddad e Di Pierro (2000), o direito conquistado na Constituição de 1824, garantindo a educação básica se constituiu em um direito autêntico, porém uma escola pública de qualidade para a inclusão de todos até os dias de hoje ainda não é uma realidade vivenciada. Além disso, no período do Império, a cidadania só era exercida uma pequena parcela da população e se favorecia a elite econômica detentora do poder, que também seria a responsável para administrar o ensino primário. Contudo, excluía-se os negros e a maior parte dos indígenas do sexo feminino.

O ato adicional de 1834, segundo Haddad e Di Pierro (2000), ao delegar a responsabilidade da educação básica às Províncias, reservou ao governo imperial os direitos sobre a educação das elites, delegando à instância administrativa com menos recursos o papel de educar as classes mais pobres. Assim, os esforços de algumas Províncias contribuíram para o ensino dos alunos e também para a educação das crianças e adolescentes.

Na visão de Soares (1996), foi no período da Primeira República, em vigor a Constituição de 1891, que se consolidou uma concepção de federalismo em que a responsabilidade pública pelo ensino básico foi descentralizada das províncias e dos municípios. Para o autor, foi na Constituição de 1930 que se estabeleceu a exclusão dos adultos analfabetos da participação pelo voto. Fato que marcou a sociedade não alfabetizada na época.

Para tanto, Soares (1996) sinaliza que o censo de 1920 indicou que 72% da população de mais de cinco anos permaneciam analfabetas. Em razão disso, no

mesmo ano, o movimento da população e dos educadores em favor da ampliação do número de escolas e da melhoria de sua qualidade começou a estabelecer condições favoráveis para a inclusão de políticas públicas para a educação de jovens e adultos no Brasil em 1940, e surgiu uma preocupação com a educação das camadas populares. Mas. Para o autor, foi somente ao final da década do mesmo ano que a EJA veio a se firmar como um problema de política nacional.

Na concepção de Haddad e Di Pierro (2000), a educação para o público que não frequentou a escola no tempo certo só passou a ser reconhecida como fundamental para o desenvolvimento do Brasil quando foi criado o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 1938, o qual instituiu em 1942 o Fundo Nacional do Ensino para as séries iniciais. Nesse período, o ensino se estendeu aos adolescentes e adultos analfabetos, o que contribuiu para o surgimento do Ensino Supletivo.

Em 1945, o Fundo foi regulamentado, estabelecendo que 25% dos recursos de cada auxílio deveriam ser aplicados em um plano geral de Ensino Supletivo destinado a adolescentes e adultos que não liam e nem escreviam. Nesse mesmo ano, a UNESCO, após a segunda Guerra Mundial, denunciava as desigualdades entre os países do mundo e chamava atenção para a responsabilidade de todos para uma educação significativa para os Jovens e Adultos analfabetos do planeta (GADOTTI, 2001).

Portanto, Soares (1996) acredita que o Serviço de Educação de Adultos, Serviço Especial do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Saúde (SEA) surgiu a partir do ano 1947, o qual procurou acompanhar a coordenação geral dos trabalhos dos planos anuais do ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos. Nesse período ocorreu uma integração maior nos serviços de produção e distribuição de material didático.

Então, Soares (1996) preceitua que foi nas décadas de 1940 e 1950 que os índices de analfabetismo das pessoas acima de cinco anos de idade diminuíram, mas foi em 1960 que os níveis de escolarização da população brasileira permaneceram reduzidos quando comparados à média dos países do primeiro mundo.

Ao longo do contexto histórico da educação de Jovens e Adultos observa-se que a cultura e a política foram fragmentadas pelo poder público. Do ponto de vista de Di Pierro (2000), a concepção da educação não se esgota apenas com o ensino na educação dos alunos em espaços formais; educação é aquela que compreende também as:

[...] aprendizagens realizadas de forma sistemática ou incidental nas mais diversas práticas sociais familiares, comunitárias, religiosas, políticas, de trabalho, de informação, comunicação, lazer ou fruição cultural, deve ser respeitado por todos em quaisquer situações que ocorre o saber. (DI PIERRO, 2000, p. 396)

Pelas palavras da autora, é possível compreender que a aprendizagem acontece em diversos ambientes ocupados pelas pessoas, independente de classes sociais e etnias, desde que haja espaço de construção democrático para acontecer a troca de saberes ao longo da vida.

Para Gadotti (2001, p.16), “o analfabetismo é a expressão da pobreza, consequência inevitável de uma estrutura social injusta”. A pessoa que chega a vida adulta sem conhecer o universo letrado indica resultado das diferenças de classes desde a colonização do Brasil até os dias de hoje, marcada pela desigualdade social. Gadotti (2001) acredita, ainda que tenha ocorrido na década de 1960 até 1964, na época do golpe militar, é que aconteceu a Campanha de Adolescentes e Adultos no II Congresso Nacional de Educação de Adultos na cidade do Rio de Janeiro, momento de favorecimento às discussões voltadas para o ensino da EJA.

Em 1950, consolidou-se a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), cuja contribuição foi significativa para a inclusão da Educação de Jovens e Adultos. Era notável durante a CEAA a preocupação entre educadores em redefinir as características específicas e um espaço próprio para essa modalidade de ensino, pois os adultos analfabetos merecem ser tratados com respeito e participar do processo educativo com o direito igual para todos (GADOTTI, 2001).

Afirma Freire (2006), que a educação libertadora é aquela que vai remar na contramão da dominação, apoiada em questionamentos que visam a buscar novas respostas por meio de um diálogo crítico e libertador. Nesse sentido, o autor permite entender que a educação de Jovens e Adultos buscou em toda sua história uma

força de mudança e de uma libertação significativa. A EJA tornou-se fundamental, visto que procurou durante o contexto histórico e até os dias de hoje, enfrentar desafios para galgar as conquistas que marcaram a evolução do ensino noturno ao longo de sua história. Embora tenha notado que as vitórias alcançadas foram resultados de esforços somados das classes populares, visando à inclusão na sociedade.

2.2 A Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental

Ao se observar o cenário histórico da Educação de Jovens Adultos no Ensino Fundamental no Brasil percebe-se que o início foi marcado pelos jesuítas no Brasil colônia, que favoreceu a catequização dos indígenas, porém com caráter de políticas assistencialistas, compensatórias e populistas (GADOTTI, 2001).

Para Gadotti (2001), foi no Brasil Império que o ensino noturno recebeu o nome de educação ou instrução popular. Em 1920, dá início ao otimismo pedagógico que culminou a partir de 1930 com o Movimento Escola Nova. Nesse período começaram a surgir melhorias nas condições didáticas e pedagógicas para os Jovens e Adultos.

Gadotti (2001) acrescenta que foi nos anos 20 que se iniciam as mobilizações em defesa da educação, a qual passa ser dever do Estado, marcado por um período de intensos debates políticos e culturais. Porém, foi nos anos 40 que a educação passou a ser vista como uma questão de segurança nacional, devido à falta de instrução do povo brasileiro. Em 1942, surge a criação do SENAI, vinculando a Educação de Adultos à Educação Profissional. Em 1947, aconteceu o primeiro Congresso Nacional de Educação de Adultos, que teve como campanha a frase “Ser brasileiro é ser alfabetizado”.

De acordo Gadotti (2001), em 1949 ocorreu a primeira Conferência Internacional sobre Educação de Adultos na Dinamarca, focando a educação de adultos para o respeito aos direitos humanos e para a construção de uma paz contínua, uma educação sólida, mesmo fora da escola. Entre 1958 a 1961, aconteceu a Campanha Nacional do Analfabetismo (CNEA) e também o segundo Congresso Nacional da

EJA, no qual Paulo Freire foi a maior expressão do cenário progressista da educação durante o evento.

Na concepção de Gadotti (2001), foi de 1961 a 1963 que acontece o fervor político e cultural, caracterizado por reformas de base iniciadas pelo governo, e também surge a mobilização popular na vida política nacional. No ano de 1966, o governo cria o Plano Complementar ao Plano Nacional de Educação e a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação Assistemática (CNAED), com o objetivo de contribuir financeiramente com as ações na Educação de Jovens e Adultos e de fazer o comando ideológico. Em 1967 surge a criação do MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), arquitetado como norma de domínio da população.

Nos anos 70, a Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental foi reconhecida e passou a ser uma modalidade de ensino na educação formal, de forma a oportunizar a todos que não tiveram acesso a escola no tempo certo a continuação dos estudos no sistema formal de educação. Com a LDB 9394/96, a nomenclatura Ensino Supletivo passa para EJA. O Parecer CEB/CNE 11/2000, que serviu de base para a Resolução do CNE de Diretrizes Curriculares, destaca as mudanças da nomenclatura de Ensino Supletivo para os alunos.

Dessa forma, a Educação de Jovens e Adultos adquire um novo conceito na sociedade brasileira a partir do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBREAL, 1967-1985), Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos (1985-1990), Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (1990-1992), Alfabetização Solidária (1997-2002), Brasil Alfabetizado (2003), o Ciclo de Estudos Básicos (CEB), o Programa de Educação Básica (PEB), a Educação de Jovens e Adultos (EJA) Topa Brasil (BRASIL, 1998). Compreende-se que por meio das mobilizações, conferências e os programas surgidos, a alfabetização para os alunos da educação de jovens e adultos e também do ensino noturno passa a ser reconhecida na educação básica das escolas brasileiras. Porém, observou-se que a exigência de qualificação de mão de obra de Jovens e Adultos foi uma das razões para se estimular o trabalhador a procurar a educação formal.

Saviani (2008) referencia que a partir de 1990 a educação brasileira alcançou avanços significativos por meio de políticas públicas. Para o autor, o programa do

PDE Interativo (2006), desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC) contribuiu para o alcance de melhores resultados na Educação Básica, inclusive na Educação de Jovens e Adultos.

Quanto aos recursos pedagógicos adquiridos pelas unidades de ensino por meio do Plano de Desenvolvimento Educacional, estes contribuíram para a prática do professor, e a gestão escolar adquiriu uma maior autonomia na aquisição de acervos tecnológicos e bibliográficos, mas com uma obrigatoriedade maior de incluir na escola todos aqueles que não tiveram acesso aos estudos na idade certa (SAVIANI, 2008).

Para Soares (1996), a evasão escolar na educação de Jovens e Adultos tornou-se um tema fundamental a partir dos fóruns nacionais e internacionais em que se discutiram a proposta e o modelo de educação de Jovens e Adultos. Nesse contexto, as discussões evidenciaram novas metas para atender os alunos do ensino noturno de todo país.

A Lei de Diretrizes e Base a Lei 9394/96, no art. 2º afirma que a educação é de responsabilidade do Estado, da família, da escola com o dever de orientar o discente e garantir sua permanência na escola. E, no art. 37º, ressalta que a educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade aos estudos no ensino fundamental. A partir desse momento, o Ministério de Educação e cultura (MEC) divide a responsabilidade da educação básica, cabendo ao município à responsabilidade do ensino fundamental.

Assim, os municípios têm a responsabilidade com a Educação Básica, principalmente as séries iniciais, incluindo os alunos do ensino noturno, e não apenas ofertar a matrícula, mas zelar pela permanência dos alunos nos estudos. Assim, o gestor municipal passou a realizar parcerias com os gestores estaduais e federais relacionadas com o repasse de recursos como forma de garantir e estimular a permanência dos alunos na escola. A partir daí, as escolas municipais assumem a responsabilidade com todas as modalidades do ensino fundamental.

Nas palavras de Freire (1997) a escola deve ser um lugar de trabalho, de ensino, de aprendizagem, um lugar em que a convivência permita estar continuamente

superando os obstáculos, sistematizando saberes. A escola é um espaço privilegiado para pensar, no qual todo homem e toda mulher, independente da idade, possam compartilhar os mesmos direitos e os mesmos deveres e a cada dia se tornar cidadãos mais preparados para viver em sociedade.

A Constituição Federal de 1988 deixa explícita que todos os cidadãos, independente de etnias, devem ter acesso a uma educação de qualidade para uma formação profissional qualificada. Os alunos que não tiveram acesso aos estudos no período adequado precisam retornar para a escola como uma forma de se qualificar para obter um emprego melhor e, conseqüentemente, melhorar sua condição de vida.

Nesse caminho, a Educação de Jovens e Adultos traz uma perspectiva inclusiva à medida que se propõe a ofertar condições mais adequadas aos estudantes do ensino noturno, em especial aquele oriundo de classes sociais menos favorecidas. O programa da EJA apresenta uma oferta pública para as populações dos estudantes (FREIRE, 2000).

Oportunizar acesso à educação, permanência na aquisição da aprendizagem dos alunos é “dever da família, da escola e do Estado”. Portanto, todos são responsáveis por traçar estratégias para a garantia da continuidade dos estudos daqueles que não tiveram acesso aos estudos no tempo certo (FREIRE, 1997).

Vale ressaltar que o conhecimento cultural do aluno já consolidado antes de chegar à escola deve ser considerado, pois quando os professores trabalham com base em conhecimentos já adquiridos, estimula e aumenta a participação dos educandos. (ZABALA, 2007).

Para Arroyo (2011), foi a partir de 2003 que se evidencia uma política educacional que considera a especificidade do perfil dos estudantes. Para isso, o Departamento de Educação de Jovens e Adultos organizou uma ampla discussão e estudo das proposições que norteassem o currículo nas escolas brasileiras. Logo se percebeu que houve uma maior atenção relacionada a uma inclusão significativa para essa modalidade de ensino.

De acordo com a divulgação de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2013), os programas existentes voltados para a políticas públicas contribuíram para a inserção de mais Jovens e Adultos nos estudos.

Contudo, se observa que apesar de todo esforço oriundo da União, Estado e Município, ainda falta um cuidado exclusivo para atender as diferenças dos alunos em um plano de curto, médio e longo prazo, haja vista que as políticas públicas a partir dos anos 90 ainda são tímidas e ineficazes diante da demanda da atual conjuntura das escolas públicas: falta de professor qualificado, um planejamento de ensino com estratégias específicas para a EJA, recursos didáticos específicos, além de outras necessidades vistas no processo ensino- aprendizagem.

A partir de 2008, de acordo o INEP foram criados diferentes programas por meio do Pacto nacional com objetivos destinados à melhoria da qualidade da educação brasileira, visando à permanência, ao rendimento, e à participação ativa dos estudantes na construção de sua própria aprendizagem. Para Zabala (2007), os programas precisam ser concretizados para que sejam sanados todos os fatores que contribuem para o abandono escolar e, assim, amenizar a evasão escolar, sendo que todos devem fazer sua parte.

Todos são responsáveis para traçar “um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas, dinamizadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecido tanto pelo professor como pelos alunos, pelas famílias e o estado, em quaisquer circunstâncias que evita a evasão escolar” (ZABALA, 2007, p. 18).

Para Zabala (2007), as estratégias diversificadas se constituem em desafios relevantes que podem contribuir para os resultados do processo ensino-aprendizagem e, assim, conter a evasão escolar. Desse modo, todos, dentro das possibilidades, devem cooperar para a formação de cidadãos conscientes, informados e agentes de transformação da sociedade em que vivem.

Outra razão importante considerada por Zabala (2007) a respeito da permanência dos alunos nos estudos é a de que todos do ambiente educacional são mediadores ou transformadores do processo ensino-aprendizagem, e precisam compreender que a inclusão dos discentes não se constrói com o individual, mas com o coletivo;

portanto, o porteiro, a serviçal, a secretária escolar, o coordenador pedagógico, o diretor, os professores, todos têm parcela importante nessa caminhada denominada inclusão escolar dos alunos trabalhadores.

2.3 Educação de Jovens e Adultos: Eventos Importantes

Soares (1996) acredita que os congressos e as manifestações populares que aconteceram no Brasil foram muito importantes, pois repercutiu em uma nova forma de pensar pedagógico na Educação de Jovens e Adultos. O autor considera que Paulo Freire tem estimulado a participação do povo nos movimentos em favor do ensino noturno. A partir desse momento, muitos acontecimentos, campanhas e programas no campo da educação de adultos aumentaram, contribuindo para a progressão da educação da EJA, sendo que outros eventos também foram importantes.

O surgimento dos Fóruns veio criando aos poucos um movimento nacional com objetivo de estabelecer uma interlocução com os organismos governamentais e a escola a fim de intervir na elaboração de políticas públicas com qualidade para a educação de Jovens e Adultos do Brasil (SOARES, 1996, p.26).

Para o autor, os Fóruns foram relevantes para que os governantes se mobilizassem para uma nova concepção do ensino com vistas ao crescimento social e econômico no Brasil, de forma a concretizar uma política nacional para essa modalidade de ensino.

Haddad e Di Pierro (2000) consideram que nos anos de 1959 a 1964, a EJA no Brasil apresentou crescimento por meio da defesa da Educação de Base, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, estabelecido em 1961, com o apoio do governo federal; nesse período, o Movimento de Cultura Popular do Recife, a partir de 1961, trouxe novas concepções a respeito do ensino para as pessoas que não sabiam ler e escrever.

Outro ponto destacado pelos autores mencionados anteriormente foi os Centros Populares de Cultura, órgãos culturais da UNE; a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, da Secretaria Municipal de Educação de Natal, contribuíram para uma nova visão dos participantes.

Gadotti (2001) acredita que a fundação do MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), em 1967, foi um marco muito importante para a inclusão do Ensino Supletivo, que foi oficializado pela Lei 5.379, de 15 de dezembro/1967. Logo, foi concedida ao MOBRAL a autorização para expedir certificados referendados pelas Secretarias Municipais ou Estaduais de Educação. Já com a criação Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, que garantiu o Ensino Supletivo para todos, foi apresentado à sociedade como um projeto de escola do futuro compatível com a modernização socioeconômica observada no país nos anos 1970.

Com a criação do MOBRAL e do Ensino Supletivo, de acordo Gadotti (2001), ficava claro a preocupação com a educação para o público adulto. A partir desse momento, a Educação de Jovens e Adultos foi vista como elemento prioritário dos projetos para o crescimento do país. Desse modo, o ensino foi estendido aos níveis do ensino fundamental e médio, e às possibilidades de acesso à formação profissional.

Nesse contexto, Gadotti (2001) preceitua que, em meados de 1972, a Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura expediu o documento “Educação de Adultos no Brasil” na Terceira Conferência Internacional de Educação de Adultos, convocada pela UNESCO, que traduzia o sentido da educação de adultos no contexto brasileiro.

Haddad e Di Pierro (2000) comentam que o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), criado em 1990, desencadeou mais processos de consulta participativa com vistas à formulação de outro plano de política educacional, de forma que o Brasil pudesse ter acesso prioritário a créditos internacionais vinculados aos compromissos assumidos na Conferência Mundial de Educação para Todos.

Em 1994, o Plano Decenal sinalizou metas de prover oportunidades de acesso e progressão no ensino fundamental a 3,7 milhões de analfabetos e 4,6 milhões de Jovens e Adultos pouco escolarizados. Em 1998, o governo priorizou a implementação de uma reforma político-institucional da educação pública que compreendeu diversas medidas, dentre as quais, a aprovação de uma emenda constitucional, quase que simultaneamente à promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (HADDAD; DI PIERRO 2000).

Para Soares (1996), quando se estabeleceu um prazo de dez anos em 1988 para governos e a sociedade civil concentrar esforços para a erradicação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental no Brasil, a vigência desses mecanismos nos Estados e nos Municípios serviu de base para que nos anos escolares posteriores ocorresse uma significativa expansão e melhoria do atendimento público na educação de Jovens e Adultos.

A reforma educacional e o FUNDEF em 1995 determinaram o ensino fundamental obrigatório. Criou-se em cada um dos Estados o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e a Valorização do Magistério (FUNDEF), um mecanismo pelo qual a maior parte dos recursos públicos vinculados à educação foi reunida em cada unidade federada em um fundo contábil, redistribuído entre as esferas de governo estadual e municipal de acordo às matrículas registradas no ensino fundamental regular nas respectivas redes de ensino.

A Lei 9.424, de 24/12/96 obrigou os estados e os municípios a inserir planos de carreira para o magistério, aplicar pelo menos 60% dos recursos do Fundo na remuneração dos docentes em efetivo exercício e na habilitação de professores leigos, e instituir conselhos de controle e acompanhamento, nos quais têm assento autoridades educacionais, representantes das famílias e dos professores.

O FUNDEF deixou parcialmente a descoberto o financiamento de três segmentos da educação básica, a educação infantil, o ensino médio e a educação de Jovens e Adultos, com a aprovação da Lei 9.424, o ensino para Jovens e Adultos passou a concorrer com a educação infantil no âmbito municipal e com o ensino médio no âmbito estadual pelos recursos públicos não capturados pelo FUNDEF.

A Emenda Constitucional nº 14/96, fez a alteração do artigo 208 da Constituição, negou a obrigatoriedade de oferta do ensino fundamental para Jovens e Adultos. Assim, a Educação de Jovens e Adultos foi excluída pelo governo do cálculo do FUNDEF¹. Desse modo, contribuiu para as redes municipais e estaduais de ensino

¹ O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério foi instituído pela Emenda Constitucional nº 14, de setembro de 1996, e sua regulamentação estão na Lei 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano, e no Decreto nº 2.264, de junho de 1997. Fonte: Ministério da Educação e Cultura. Disponível em <<http://www.mec.gov.br>> Acesso em 10 jun. 2015.

diminuírem a oferta de vagas no ensino noturno, por falta de recursos para manter a EJA.

Haddad e Di Pierro (2000) pontuam os projetos que surgiram no Brasil visando à alfabetização dos Jovens e Adultos. Os autores sinalizam que foi em 1996 que surgiu O Programa Alfabetização Solidário idealizado pelo Ministério da Educação, que contribuiu para mais alunos adultos retornarem aos estudos.

O PAS consistia em um programa de alfabetização inicial com apenas cinco meses de duração, destinado em especial ao público juvenil e aos municípios e periferias urbanas que concentram os índices mais elevados de analfabetismo do país. Em 1997, o Programa PAS teve uma expansão rápida, com a capacitação e a supervisão pedagógica dos educadores realizada por docentes de universidades de redes públicas e privada, em que diversos municípios foram atendidos, contribuindo, dessa forma, para muitas pessoas aprendessem a ler e a escrever pequenos textos (HADDAD, DI PIERRO, 2000).

No INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), vinculado ao Ministério Extraordinário da Política Fundiária (MEPF), o Programa foi delineado em 1997 e operacionalizado a partir de 1998, e contribuiu de certa forma para as conquistas da educação dos estudantes do noturno.

A nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/96, aprovada pelo Congresso no final de 1996, relatada pelo senador Darcy Ribeiro, reafirma o direito dos estudantes trabalhadores ao ensino básico adequado às suas condições peculiares de estudo, e o dever de todos.

A Lei nº 9.394/96 explicita o direito à educação para Jovens e Adultos, mas se adequa às exigências sociais e ao mercado de trabalho, trazendo em seu artigo 37, §§ 1º e 2º: A Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria:

§1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuidade aos Jovens e Adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames;

§2º. O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. (BRASIL, 1996, p.33)

Em meados de 1997, o MEC deu início a um processo de consultas que resultou em um Projeto de Plano Nacional de Educação (PNE). Após dois anos, o relator da matéria emitiu um parecer que adere ao paradigma da educação continuada que foi entendido como direito de cidadania, eixo norteador do desenvolvimento econômico e social e instrumento de combate à pobreza.

O marco de Ação de Dakar ficou reconhecido como um compromisso coletivo, por meio do qual os governos passaram a ter obrigação de assegurar que os objetivos e as metas da Educação para Todos sejam cumpridas, a fim de reduzir os 880 milhões de adultos analfabetos nos diversos países do mundo, sem acesso às habilidades e aos conhecimentos necessários para um emprego melhor, e também para participarem plenamente da sociedade.

O governo brasileiro criou em 2003 o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. Percebe-se que o programa foi uma porta de acesso à cidadania, por despertar o interesse pela elevação da escolaridade.

O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, sendo que 90% destes localizam-se na Região Nordeste. Esses municípios recebem apoio técnico na inclusão das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos dos alunos que não tiveram acesso aos estudos na idade certa (BRASIL, 1996).

Estados, Municípios e o Distrito Federal devem promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil para o reconhecimento que a educação é um direito e a oferta pública da alfabetização (BRASIL, 1998).

Na concepção de Arroyo (2011), o direito à educação é reconhecido quando ocorre avanços sociais e políticos na legitimação de todos os direitos humanos. Assim, a

EJA caracteriza-se como uma política afirmativa de direitos coletivos sociais historicamente negados.

Nesse sentido, Freire (2000) acredita que a educação para o homem é um salto para a liberdade, pois, uma vez alfabetizado, sua integração com a sociedade acontece com mais segurança, o que favorece a sua inserção na sociedade globalizada, na qual ocorre uma competição pelo mercado de trabalho.

Segundo Freire (2011), a educação escolar na vida do ser humano é importante não só pelo fato de poder ser alfabetizado, mas porque a escola é um lugar privilegiado em que as pessoas podem desenvolver o pensamento reflexivo, o que permite que pessoas de diversas culturas, pensamentos e problemas compartilhem ideias semelhantes e diferentes, de maneira que todos aprendem algo. Para Freire, a educação precisa ser reconhecida.

[...] como prática de liberdade ao contrário daquela que a pratica da dominação implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens, o conhecimento torna-se essencial para a libertação (FREIRE, 1998, p.40).

No entendimento do autor, faz-se necessário o ser humano ser alfabetizado para participar do próprio mundo. Pois a sociedade exige cada conhecimento sistêmico para a inserção no mercado de trabalho, como também as mais variadas práticas sociais dependem do domínio da palavra escrita.

De acordo Freire, (1998) os desafios ainda não acabaram para uma Educação de Jovens e Adultos satisfatória e as conquistas alcançadas até ao momento são resultados da participação das discussões em fóruns, dos movimentos populares em diferentes momentos da construção da história da EJA no Brasil. A Conferência de Hamburgo, a V CONFINTEIA², promovida pela UNESCO em 1997 representa um marco relevante ao estabelecer a vinculação da Educação de Jovens e Adultos para a humanidade.

² V CONFINTEIA ocorreu 1997, na cidade Hamburgo (Alemanha) - Declaração Hamburgo: Agenda para o futuro - Brasília SESI/UNESCO, 1999.

Aconteceu em Hamburgo a criação do Decênio da Alfabetização em homenagem à Paulo Freire. Foi importante para o Brasil, mas ainda no século XXI existe um contingente de analfabetos, o que sinaliza a necessidade de uma política pública sólida para intervir nessa modalidade de ensino que contenha metas direcionadas para a redução do analfabetismo no país.

Por isso, vale destacar a responsabilidade de todos na inserção dos Jovens e Adultos nos estudos. O desenvolvimento do país precisa de homens e mulheres letradas, capazes de contribuir com as transformações sociais que acontecem todos os dias, de forma que todos possam participar com sua cidadania em favor de sua pátria (FREIRE, 1997).

2.4 Educação de Jovens e Adultos x Evasão: Pesquisas em Destaque

Para aprofundar os conhecimentos sobre a temática em pauta, foi importante investigar produções acadêmicas sobre a evasão na Educação de Jovens e Adultos, com base em dissertações constantes nos sites de Programas de Pós-Graduação na Universidade Federal do Espírito Santo, na Universidade Federal de Juiz de Fora Minas Gerais e na Universidade Federal da Bahia.

As dissertações consultadas na Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, datam de 2013 a 2015 com os textos contribuindo com reflexões importantes sobre a evasão escolar do ensino noturno e sugestões na área da evasão da EJA.

Yokota (2015) discute o tema Evasão no Ensino Técnico e Técnico Integrado ao Ensino Médio: Um Estudo de Caso nos Cursos Técnicos em Eletrônica, Informática e Mecatrônica da Etec, Jorge Street do Centro Paula Souza município de São Caetano do Sul São Paulo. Teve como objetivo geral estudar a evasão nos cursos técnicos e técnicos integrados ao Ensino Médio, e também compreender as características desse processo na instituição.

As entrevistas realizadas por Yokota (2015) com os coordenadores dos respectivos cursos e com o diretor da unidade pesquisada sobre a temática da evasão na escola foram identificadas pela pesquisadora nos cursos que estão em processo de expansão, porém o processo da evasão é tratado com atenção. Após a

investigação, notou-se que a escola aprofunda a visão sobre o problema da evasão e da permanência do aluno por meio de uma busca constante por sugestões para a melhoria da gestão desses processos.

A análise de todo o contexto apresentado pelo pesquisador Yokota (2015), possibilitou perceber que a comunidade escolar fundamenta propostas de gestão escolar estratégica institucional englobada em ações dinamizadas e reflexivas com os alunos, professores, coordenadores de curso e demais gestores para a prevenção e controle da evasão escolar, de forma a garantir os estudos daqueles alunos que, por diversos motivos, estão incluídos na Educação de Jovens e Adultos.

Faria (2013) discorre sobre a Evasão e Permanência na Educação de Jovens e Adultos: Por Um Trabalho de Qualidade na Gestão de Uma Escola da Rede Municipal de Belo Horizonte Minas Gerais. Seu objetivo foi discutir a evasão e permanência dos alunos em uma Escola Pública da Rede Municipal.

Na pesquisa, Faria (2013), analisou como a gestão escolar pode contribuir para a identificação dos fatores que levam à evasão, bem como atuar para a sua diminuição elevando os índices de permanência e conclusão dos estudantes nessa modalidade de ensino. Trata-se, portanto, de um estudo de caso de uma escola que oferece a modalidade EJA de Ensino Fundamental. Tal instituição apresenta uma trajetória de trabalho na busca pela qualidade do ensino. No entanto, tem a evasão escolar como um dos seus principais desafios a ser vencido.

A base teórica utilizada por Faria (2013) no estudo está apoiada na constituição da EJA, enquanto política pública, que consiste na qualidade do atendimento aos educandos. A metodologia utilizada foi o estudo de caso, com os seguintes instrumentos: entrevista, análise documental, pesquisa bibliográfica e observação do participante.

Os dados coletados na pesquisa feita por Faria, sua análise à luz do referencial teórico constituíram a base para o plano de intervenção. O plano se pautou principalmente na atuação da gestão que se mobilizou para fortalecer a equipe de trabalho, visando a diminuir a evasão escolar, a fim de constituir mecanismos sistemáticos de comunicação e um trabalho atento às necessidades dos estudantes.

No site do PPGE/UFES, entre 2012 a 2014, foram identificadas diversas dissertações construídas por pesquisadores interessados na temática da Educação de Jovens e Adultos. Nas análises das produções identificou-se que a grande maioria não aborda a questão da evasão no ensino fundamental e sim nos cursos técnicos e profissionalizantes-Proeja.

As pesquisas consultadas estão mais voltadas para a inclusão da formação inicial e profissional continuada para a inclusão no mundo do trabalho. As investigações mais indicadas foram:

Pinheiro (2014) investiga a Educação de Jovens e Adultos por meio do PROEJA-FIC: uma análise da evasão escolar no Ifes *campus* São Mateus ES. A pesquisa foi realizada pela Faculdade Vale do Cricaré (FVC), também localizada na cidade de São Mateus-ES, com o objetivo de analisar as principais causas da evasão de alunos dos cursos do PROEJA-FIC no Ifes *campus* São Mateus. A problematização direcionou-se para identificar que fatores contribuíram para a evasão dos discentes.

A proposta metodológica utilizada por Pinheiro (2014) foi de caráter exploratório e natureza qualitativa, em que se procurou descobrir dos alunos, professores e gestores os motivos da evasão. Para tanto, utilizou-se como técnica de pesquisa a entrevista semiestruturada, com questões abertas.

Os resultados da pesquisa apontaram as principais causas de desistência dos cursos do PROEJA-FIC. Concluiu Pinheiro (2014) que há a necessidade de se constituir uma política educacional de qualidade para reverter o problema do *campus* pesquisado.

Júnior (2013) pesquisou o tema Uma Análise Estatística dos Fatores de Evasão e Permanência de Estudantes da Educação de Jovens e Adultos na Graduação Presencial da Ufes. Trata-se de uma pesquisa predominantemente aplicada, e o principal objetivo foi encontrar os fatores e as motivações que influenciam os alunos a abandonar o curso em que se encontrava matriculado.

A metodologia utilizada por Júnior (2013) consistiu em comparar, por meio de tabelas de contingência e de um modelo de regressão logística, os alunos formados

e os alunos evadidos que ingressaram via vestibular entre 2006 e 2011, e evadiram do curso ou se formaram entre 2007 e o primeiro semestre de 2012.

Os resultados do estudo mostram que vários fatores anteriores ao ingresso do estudante e experiências acadêmicas estão estatisticamente associados à evasão do curso. Em particular, no caso da universidade estudada, foram sinalizados diferentes fatores, porém sete motivos destacaram-se e que foram considerados mais relevantes para explicar a evasão, a saber: a opção pelo sistema de cotas, a região de origem onde mora, o meio de comunicação que utiliza para se informar, a participação em pesquisa, a assistência estudantil, a participação em estágio e o número de reprovações em disciplinas. Com base nos resultados encontrados, foram propostas ações que podem se efetivar na universidade e que poderão reduzir o número de evasões (JÚNIOR, 2013).

Guimarães (2012) pesquisa a Inclusão de Alunos da Educação Básica no PROEJA do Ifes *campus* Colatina-ES. O objetivo da pesquisa foi levantar junto aos alunos Jovens e Adultos trabalhadores os fatores que dificultam o acesso ao PROEJA.

Segundo Guimarães (2012), os resultados apontaram que a oferta das vagas na rede estadual no município contribuiu para que os alunos concluíssem o ensino médio de forma mais acelerada, isso porque trabalharam as necessidades apresentadas na Educação de Jovens e Adultos.

No site PPGE/UFBA BA, foi identificado diversas pesquisas sobre a evasão escolar nos últimos anos, porém apenas a dissertação a seguir refere-se à evasão escolar da Educação de Jovens e Adultos, visto que as demais produções abordam outras temáticas relevantes para a área educacional.

Santana (2011) construiu sua investigação sobre o abandono e as estratégias desenvolvidas para a permanência dos educandos no processo de escolarização no primeiro segmento de Educação de Jovens e Adultos do município de Salvador-Bahia, questionando: *As Estratégias Contribuem Para a Permanência dos Jovens e Adultos na Escola?*

A alternativa metodológica utilizada por Santana (2011) foi uma abordagem quantitativa, o instrumento utilizado foi a entrevista realizada no grupo focal formado por educandos do SEJA I, que abandonaram os estudos no ano 2011.

Constatou-se na investigação segundo Santana (2011), no que se refere às políticas públicas para EJA, que quando existe algum tipo de ação que objetiva garantir a permanência no sistema escolar para a efetivação da aprendizagem, elas permanecem nos limites da perspectiva compensatória e subjetiva.

Para Santana (2011), a pesquisa mostra que, além de escassas e limitadas às iniciativas da unidade escolar, as estratégias convergem e refletem ações que supõem as causas do fenômeno às motivações e a questões pessoais. Do mesmo modo, os alunos trazem uma percepção de abandono e de permanência restrita a atributos pessoais e mais imediatos, dissociados da estrutura desigual do sistema social e econômico.

De acordo Santana (2011), a investigação procurou contribuir para a avaliação da Política de Educação de Jovens e Adultos, bem como instigar para o debate em conjunto os órgãos públicos sobre as ações articuladas que visem à permanência dos educandos no processo de escolarização dos alunos que procuram a Rede Municipal de Educação.

As produções consultadas nos sites dos Programas de Pós-Graduação, na área da evasão escolar em *stricto sensu* da Universidade Federal de Juiz de Fora, apresentaram o maior número de pesquisas voltadas à evasão escolar, principalmente na educação básica.

Todavia, a pesquisa que mais se aproxima do tema da produção científica em pauta é a dissertação de Faria (2013), que discutiu a evasão e os motivos que contribuíram para a não permanência na educação de Jovens e Adultos no ensino fundamental em uma escola pública da Rede Municipal.

Entretanto, as leituras realizadas de todas as pesquisas contribuíram para o universo do tema pesquisado. Porém, as realidades em que ocorreu a investigação foram

diferentes, mas pôde-se perceber que a evasão escolar é um assunto que merece uma atenção maior por parte de todos os envolvidos com a educação inclusiva.

Compreende-se que a responsabilidade da permanência dos estudantes é um compromisso individual e coletivo não apenas do próprio aluno e da escola, mas de todo um sistema governamental. Portanto, fica entendido que cabe aos interessados no assunto traçar estratégias que possam contribuir para mudar a realidade atual no campo da evasão escolar.

Portanto, não se deve ficar preocupado apenas em identificar fatores que contribuem para a desistência dos alunos do ambiente acadêmico, mas também se sentir responsável em traçar estratégias que possam contribuir para a permanência dos alunos nos estudos, em todas as etapas da Educação Básica. O planejamento participativo é uma alternativa viável e possível para a escola trabalhar em favor de melhores resultados na qualidade do processo ensino-aprendizagem.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Para validar este estudo, foi necessário conhecer o que diferentes autores já escreveram sobre a temática em discussão. Assim, foi importante realizar um levantamento de fontes teóricas que contemplassem os objetivos da pesquisa. Durante as leituras, surgiu um elenco de informações em consonância com a proposta deste trabalho acadêmico.

No entanto, optou-se em organizar o referencial em subtemas, por compreender que atende com maior precisão os sujeitos interessados em buscar saberes sistematizados sobre a evasão escolar na educação de Jovens e Adultos no momento de futuras investigações.

A relevância de considerar a presente estrutura do corpo teórico da pesquisa referenciada nos autores Cearon (2011), Arroyo (2011) e Brandão (2004) foi por ter proporcionado maior clareza para os pesquisadores entre o que foi proposto nos objetivos e o que a literatura consultada apresenta sobre o assunto. Portanto, o referencial teórico contribuiu para se obter resultados mais explícitos do fato pesquisado a partir dos subtemas em evidência. Assim, a leitura poderá proporcionar maior leveza para o leitor.

Nesse sentido, não se comprometeu a compreensão do conhecimento trazido sobre a pesquisa, mas se tornou mais fácil no momento da escrita, foi uma maneira mais satisfatória de elencar as informações sobre a temática em pauta. Pode ser que existam outros caminhos para escrever o referencial, talvez até melhor que este, mas a escolha viável de dividir em subtemas demonstra uma maior transparência das teorias adotadas pelo autor/pesquisador.

3.1 Inclusão dos Jovens e Adultos no Âmbito da Escola Pública

A respeito da inclusão, Cearon (2011) considera que desde a colonização os Jovens e Adultos analfabetos foram excluídos do processo educacional, e também deixaram de exercer plenamente a cidadania. No entanto, eles nunca desistiram de seus sonhos, procuraram ingressarem no ensino noturno por diversos motivos.

Cearon (2011) acredita que as transformações ocorridas no Brasil colônia até o século XXI contribuíram para a humanidade procurar a escola para sua própria inclusão na sociedade. Uma experiência realizada por ela no extremo sul da Bahia com alunos da Educação de Jovens e Adultos no PRAJA (Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos) no ano 2011 sinalizou as principais razões dos ingressarem na EJA.

Na análise de Cearon (2011), na visão dos alunos em sua pesquisa, os ingressos na EJA com a intenção de mudar de emprego foram considerados prioridade na concepção deles, porque visam uma melhor qualidade de vida, e se baseiam no fato de que a busca por um melhor trabalho traria condições de vida mais confortáveis, como um salário melhor.

Para Cearon (2011) a satisfação pessoal é outro ponto importante dos alunos quando adulto ao procurar a escola à noite, pelo contentamento particular de ser uma pessoa detentora de estudo. Percebe-se que a satisfação pessoal relaciona a sonhos de estudar que tinha desde criança, porém só teve oportunidade na vida adulta.

De acordo a autora, quando se refere ao futuro, percebe também satisfação pessoal condicionado ao futuro, o desejo de se tornar pessoas melhores e mais respeitadas no espaço em que está inserido. O desejo de fazer um curso superior, de fazer uma faculdade, ter um diploma e continuar os estudos são sinalizados como objetivos a serem contemplados na Educação dos Jovens e Adultos.

Cearon (2011) argumenta que os alunos, ao adquirir o aprendizado, isso se constitui em pontos fortes para a inclusão no mercado de trabalho, por isso procurar ampliar seus conhecimentos é uma condição importante. Os alunos da EJA consideram a escola como lugar apropriado para a realização de seus sonhos. Diz a autora que,

[...] a necessidade ter uma formação escolar nos dias de hoje contribuirá para o sujeito participar direta e indiretamente da vida em sociedade, onde envolve a política, economia, cumprimento de direitos e deveres, à cidadania e se não nos tornamos cidadãos participantes os seremos apenas no papel (CEARON, 2011, p.145).

Por meio da concepção da autora, pode-se afirmar que só se é observado pela sociedade se fizer parte dela, visto que vivemos em uma sociedade que exige pessoas letradas e quem não for ficará de fora do seu processo de transformação.

Também advoga Freire (2000) que o ingresso dos Jovens e Adultos na escola no turno noturno é importante para o ser humano adulto ser alfabetizado. Para o autor, é imprescindível a leitura e a escrita na vida das pessoas, pois a escrita é uma das principais ferramentas utilizadas para a comunicação. Por isso, o homem e a mulher precisam deter esse saber para participar do mundo em que vivem.

A sociedade exige que todos sejam letrados, visto que no cotidiano todas as pessoas se deparam com a necessidade de ler e escrever. Para ter autonomia, independência e se tornar um cidadão crítico, é necessário estudar, pois tanto em casa, na rua, no trabalho, nos espaços de lazer, e nas práticas sociais mais diversas, existe a exigência para todos de um saber sistematizado.

Mulheres e homens, somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de aprender. Por isso, somos os únicos em que aprender é uma aventura criadora, algo por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição de dada. Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito. (FREIRE, 2000, p. 69)

Para Freire (2000), é de extrema importância a maneira de aprender dos Jovens e Adultos. Ser alfabetizado é ser livre, é ter autonomia de sua própria vida, é poder ir e vir, buscar pelo melhor, tornar-se sujeito de sua própria história, podendo-se, assim, se inserir no mercado de trabalho e evoluir cada vez mais como cidadão. Freire (2000) reforça que o acesso à educação é um direito de todos e, com certeza, é o que irá fazer com que os cidadãos se tornem participativos de uma sociedade que já é sua por direito, só basta adquirir o conhecimento para viver democraticamente.

No âmbito social, percebe-se que a satisfação dos alunos em estar na escola, descobrindo novas coisas, aprendendo aos poucos a ler e escrever, vendo os colegas de outras séries estudando, contribui para reforçar o desejo de se alfabetizar e continuar cursando a Educação de Jovens e Adultos (COURA, 2008). Os alunos desejam entrar no mercado de trabalho e percebem que a falta de um diploma vai dificultar conseguir um bom trabalho. Desse modo, por obter êxito na

escola regular ou para recuperar o tempo perdido, procuram a modalidade EJA por ser mais rápida e por oferecer condições de estudo no horário noturno, o que permite trabalhar durante o dia (COURA, 2008).

Para Coura (2008), quando as meninas engravidam, a tendência é deixar a escola regular, pela necessidade de ficar com o filho durante o dia, optando-se, assim, por cursar a EJA no período noturno. Por outro lado, motiva muitos jovens que haviam abandonado a escola a retomar os estudos pelo caminho do supletivo. Além disso, pela facilidade da aceleração, os alunos que completam 15 anos e ainda não terminaram o Ensino Fundamental, procuram migrar para o EJA para ganhar tempo.

A escola representa para os alunos um espaço de sociabilidade, de transformação social; na verdade, a escola é conhecida como espaço de construção do conhecimento. Partindo desse pressuposto, percebe-se que as atividades mais simples realizadas pela escola como os trabalhos em grupo, comemorações, despedidas no final de semestres, e a participação nos movimentos sociais tornam-se alternativas para a inclusão do aluno no meio social (COURA, 2008).

Nesse contexto as ideias de Paulo Freire ganham dimensão nacional, a escola passa a ser um espaço de construção do saber científico para o aluno de todas as idades. Por isso, os educandos precisam se sentir importantes no ambiente educacional para sua permanência nele e para a continuidade nos estudos. O autor acredita que a escola é um ambiente de alegria e descontração para os alunos, assim, é imprescindível ser um espaço prazeroso e seguro, no qual todos possam estar inseridos.

3.2 A Evasão na Educação de Jovens e Adultos: Cenários

Brandão (2004) comenta que evasão escolar é um dos relevantes temas que historicamente faz parte dos debates e reflexões na esfera da educação pública do país, ocupando até os dias de hoje espaço no cenário das políticas públicas para a educação nacional. Segundo a autora, no Brasil, o fenômeno da evasão escolar surgiu nas últimas décadas do século XXI, quando a maioria da população oriunda das classes populares teve acesso à escola, já que havia sido uma reivindicação e uma conquista dos trabalhadores.

Os altos índices de abandono na Educação de Jovens e Adultos no Brasil tem sido um dos maiores desafios enfrentados pelas redes de ensino público. Para entender o que ocorre no processo da evasão, pesquisas sobre a temática indicam que esse assunto se constitui em um dos maiores problemas observado na educação, além de ser um fato bastante preocupante, visto que atinge não só os alunos do turno noturno, mas todos os níveis de ensino da Educação Básica (ARROYO, 2011).

Para tanto, Arroyo (2011) afirma que esse direito encontra-se garantido em lei, pela Constituição Federal de 1988, sendo reafirmado e regulamentado pela LDB 9394/96. Porém, ele acrescenta que o fato de estar garantido em lei não significa que efetivamente seja para todos, pois ainda há elevados índices de evasão e repetência nas escolas públicas brasileiras em todas as etapas de ensino. Este é o grande desafio a ser superado na atualidade pelo sistema educacional na escola pública de qualidade para todos.

Em relação ao conhecimento científico, o autor afirma que além do acesso, também deve ser garantido às crianças, ao adolescente, aos jovens e adultos o conhecimento científico e sua permanência e sucesso na escola. Isso para que eles possam aprender e aplicá-lo em seu cotidiano, de forma que contribua para a melhoria de sua qualidade de vida e dos que com eles convivem, de forma também a atuar criticamente na sociedade.

Segundo Gonçalves (2002), a evasão escolar pode ser entendida como o mau êxito da escola, muita reprovação, a aprovação com baixo índice de aprendizagem ou aprovação pelo conselho de classe é uma realidade retratada em diversas unidades de ensino do Brasil. Quando isso acontece, pode-se inferir que o aluno não está aprendendo ou não está entendendo o que os professores trabalham.

De acordo com Saviani (2008), com a elaboração e a promulgação da Constituição Federal, o Estado e a sociedade receberam vultosas contribuições associadas às lutas dos movimentos pela construção dos direitos humanos, sociais e democráticos. Foi um período de incentivo à aprendizagem social significativa, que garante ao jovem dentro da escola um contato amplo com diversas áreas, todas elas podendo proporcionar a formação geral e possibilitar a profissionalização.

Nessa perspectiva, a escola de ensino noturno para Libâneo (1989) dar-se-á pela garantia de acesso, permanência e qualidade de ensino para todos. Por isso necessita objetivar-se para os aspectos democráticos de convivência e do exercício da democracia, construindo um espaço de cidadania.

Por sua vez, Libâneo (1989) acredita que para realizar esse processo de escolarização, não basta apenas seguir a legislação e acolher todos no espaço educacional, o importante é a garantia da universalização do direito à educação básica, o que implica a ampliação de sua oferta e a permanência dos sujeitos na escola. Assim, a Instituição de Ensino deve constantemente buscar caminhos de rever o que não está dando certo no seu processo de ensino para um replanejamento de suas ações elaboradas e desenvolvidas na escola.

Quando se discorre sobre a evasão escolar no ensino da EJA, é preciso considerar as diversas restrições que permeiam esse nível de ensino; na maioria das vezes, são restrições que acabam não oportunizando aos alunos condições favoráveis à igualdade e qualidade educacional. Por isso, muitos se decepcionam se desmotivam e evadem da escola, principalmente os que são oriundos das classes populares (LIBÂNEO, 1989).

Por outro lado, Saviani (2008) defende uma ação pedagógica que possa contribuir para a prática educativa se elevar no sentido da práxis e em direção à humanização do homem, por ele denominada como Pedagogia Histórico-Crítica, e implica em:

A clareza dos determinantes sociais da educação, a compreensão do grau em que as contradições da sociedade marcam a educação e, conseqüentemente, como é preciso se posicionar diante dessas contradições e desenredar a educação das visões ambíguas, para perceber claramente qual a direção que cabe imprimir à questão educacional (SAVIANI, 2008, p. 103).

É pertinente destacar que essa pedagogia valoriza o conteúdo já produzido socialmente, a própria expressão elaborada da consciência de classe passa pela questão do domínio do saber; os saberes já produzidos; o saber popular como ponto de partida, e o saber erudito como ponto de chegada.

Saviani (2008) defende a ideia de que o povo precisa da escola para ter acesso ao saber erudito, ao conteúdo da cultura popular que corresponde a seus interesses, e

também associar ao saber sistematizado. Em consequência, vai expressar de forma elaborada os conteúdos da cultura popular que correspondem a seus interesses. No entanto, quando isso não acontece, o aluno pode abandonar os estudos.

Os princípios da Pedagogia Histórico-Crítica, traduzidos de forma didática por Saviani (2008), consideram que o processo de aquisição do conhecimento científico realiza-se por meio da aprendizagem significativa. Para que essa aprendizagem seja contemplada, faz-se necessário realizar ações reflexivas críticas e ter a participação ativa dos alunos na articulação dos conteúdos associados aos conteúdos anteriores que eles já construíram.

Por sua vez, Zabala (2007) coloca a possibilidade de a escola trabalhar a partir de uma proposta de ensino por meio dos conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, em que os educandos percebem sua participação na construção da aprendizagem com mais precisão. Dessa maneira, evita-se a exclusão do aluno da escola, buscando sua participação sem desprezar seu saber.

Arroyo (2011) acrescenta que as diferenças de classe constituída pela sociedade capitalista ao longo dos anos contribuíram para o fracasso escolar nas camadas populares desde o Brasil colônia. E mesmo a inclusão das tecnologias inseridas na educação não mudou muito a realidade dos alunos da EJA, por que:

É essa escola das classes trabalhadoras que vem fracassando em todo lugar, mesmo com as inovações tecnológicas. Não são as diferenças de clima ou de região que marcam as grandes diferenças entre escola possível ou impossível, mas as diferenças de classe. As políticas oficiais tentam ocultar esse caráter de classe no fracasso escolar, apresentando os problemas e as soluções com políticas regionais e locais (ARROYO, 2011, p. 21).

Dessa forma, é importante entender onde começou o fracasso escolar. Para o autor, o problema abordado na pesquisa em estudo tem suas origens no início da colonização, pois escravos, indígenas e mulheres não tinham oportunidade de estudar em espaço formal, visto que esse era um lugar privilegiado para os brancos, ou seja, os senhores. Assim, as diferenças de classes têm sua história junto com o crescimento da humanidade.

Para conter a evasão escolar, em 2003 o Ministério da Educação e Cultura (MEC) propôs que a alfabetização de Jovens e Adultos passasse a ser prioridade do

Governo Federal, visando à redução do abandono escolar. Criou-se o Programa Brasil Alfabetizado, o qual vem procurando atender as diferenças existentes nas escolas brasileiras, embora ainda não tenha concretizado a proposta escrita do programa.

Isso porque a evasão escolar não é um caso isolado, mas um assunto preocupante que pode vir a produzir uma série de determinantes que causam efeitos na produtividade da vida escolar. Desse modo, fica em evidência a importância que a educação de Jovens e Adultos representa na vida dos alunos, tornando-se uma oportunidade de recuperar o tempo perdido, além de ser um direito como pessoa e cidadão.

As causas do abandono escolar são diversas, a instituição de ensino sempre foi responsabilizada, mas a evasão pode ser atribuída à desestruturação familiar que leva o aluno a não ter responsabilidade para aprender, tornando-se um jogo de empurra da escola e da própria família (ARROYO, 2011).

Sabe-se que são diversos os motivos que levam a desistência no ensino noturno, porém é relevante a comunidade escolar estar preparada tanto para receber quanto para formar os Jovens e Adultos matriculados, pois eles buscam em seus objetivos alcançar novas oportunidades no mercado de trabalho Arroyo relata:

Que os Jovens e Adultos continuam vistos na ótica das carências escolares: não tiveram acesso, na infância e na adolescência, ao ensino fundamental, ou dele foram excluídos ou dele se evadiram; logo propiciemos uma segunda oportunidade para todos que não tiveram acesso aos estudos no tempo certo (ARROYO, 2011, p.23).

Em virtude da preparação da mão de obra qualificada para o trabalho, mesmo depois de certa idade, os alunos procuram a escola para concretizar seus objetivos de vida. Porém, Arroyo (2011) argumenta que se têm considerado bastante as questões sociais, econômicas, políticas e cultural quando o assunto é a permanência desses adultos na EJA.

Afinal, a educação escolar é uma dimensão essencial da cidadania, princípio indispensável para políticas que visam à participação de todos nos espaços sociais e políticos e, mesmo, para a inserção no mundo pessoal e profissional (ARROYO, 2011).

Ao pensar nessa problemática, conforme isso acontece, aumenta cada vez mais o número de alunos que ainda não completou a educação básica na idade correta. Às vezes, a evasão escolar ocorre pela necessidade de um trabalho para sustentar a si próprio ou para garantir a sobrevivência da família ou a família. Por isso, a:

[...] educação de Jovens e Adultos, em alguns casos a saída da escola não deveria ser considerada como evasão, já que para o aluno, a sua saída busca atender a suas necessidades de importância maior ou mais urgente do que o próprio estudo, o trabalho para sua própria sobrevivência (ARROYO, 2011 p.10).

Ao considerar a ideia do autor sobre o problema da evasão, percebe-se que é algo que cresce em todos os níveis da educação básica e pública e não se destina apenas a um público. Hoje, se torna muitas vezes algo já esperado e é considerado como uma situação normal nas escolas de ensino fundamental.

Dessa forma, entende-se que a evasão inviabiliza a concretização de qualquer iniciativa no sentido da universalização da aprendizagem da leitura e da escrita. Assim, em qualquer programa oferecido pelas as instituições públicas, é preciso entender os determinantes da evasão escolar para planejar o que pode ser feito para contê-la (ARROYO, 2011).

Cearon (2011) faz questionamentos sobre a evasão escolar, acredita que é um problema preocupante, pois a quem realmente interessa que alunos e alunas frequentem a escola e se tornem pessoas letradas? Os programas para combater o analfabetismo têm tido sucesso?

Freire (1997) diz que a preocupação com a evasão escolar justifica-se por quaisquer que sejam os motivos, porque, em razão dela, os educandos e as educandos perdem a oportunidade de interagir com outras pessoas em ambiente letrado, deixam de construir o próprio conhecimento e se encontram impedidos de buscar e adquirir habilidades de leitura e escrita, permanecendo, assim, sob a opressão da ignorância.

Por isso, a escola precisa traçar caminhos sustentáveis para contribuir com a inserção de todos os Jovens e Adultos nas discussões históricas das políticas de educação e nas grandes reformas educacionais deste século para uma educação renovada, assim, existiria a possibilidade de evitar cair na repetição dos erros do

passado, e visaria a uma escolarização significativa desse nível de ensino. Para uma construção de uma identidade própria com características específicas (FREIRE, 1997).

Freire (1997) permite entender que o ser humano precisa ter consciência de que a sociedade deve experimentar dos processos de construção democrática ainda não consolidados, pois há uma crise que aprofunda a exclusão, desgasta o tecido social, não favorece a integração e se faz acompanhar pelo crescimento da violência e por outros comportamentos que afetam a formação para a cidadania democrática. Assim, exige uma reflexão por parte de todos, para que se construa e se constitua uma sociedade humanista com maior poder de participação.

O Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE) sinaliza em 2013 que em todos os níveis de ensino na Educação Básica ocorrem altos índices de evasão alimentados, em especial pela rede pública, porém o problema em pauta também afeta as escolas privadas. No Brasil, 45,7% dos jovens completam 19 anos sem terminar o ensino fundamental.

A evasão escolar é o fator que contribui para a falta de estrutura do planejamento bem sucedido de uma unidade de ensino. Além de embutir o risco de a conta de receitas e despesas feita no início do ano não fechar, o processo tem implicações pedagógicas quando é preciso fundir classes esvaziadas.

Segundo estatísticas de 2013 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), a legislação brasileira 9394/96 considera obrigatório frequentar a escola apenas até o fim do ensino fundamental. Isso pode incentivar famílias, especialmente as de baixa renda, a considerar encerrado o ciclo de estudos antes do ensino médio, e exigir que os jovens passem a contribuir com o orçamento doméstico.

O Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE) em 2013 aponta que muitos alunos não concluem o ensino fundamental; os motivos para abandonar os estudos antes de concluir a educação básica são diversos, e revela dados da evasão escolar no Brasil.

O Brasil tem a maior taxa de abandono escolar na Educação Básica, dentre Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai e Venezuela: 10%. Ou seja, 1 em cada 10 jovens acaba abandonando a escola nessa etapa, segundo a Síntese de Indicadores Sociais, do IBGE. Entretanto, a taxa de reprovação no fundamental tem o Brasil como líder, com 11%. Em seguida, vem Uruguai (7,7%), Argentina (6,4%), Venezuela (6,3%), Paraguai (4,7%) e Chile (3,5%).

Apesar de a taxa de escolarização das crianças de 6 a 14 anos ser de 97,6%, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PAND) em 2009, o país apresenta resultados menos satisfatórios do que os demais países do MERCOSUL.

Para Arroyo (2011), faz-se necessário construir uma proposta de ensino-aprendizagem na qual precisa emergir um novo olhar diante dos resultados da educação da EJA no Brasil, em que se “reconheça como Jovens e Adultos em tempos e percursos de Jovens e Adultos”.

A fim de compreender o sentido da evasão escolar, observa-se que Ávila (1992) conceitua como abandono escolar aqueles que saem da escola antes de concluir o estudo básico por diversas razões, que, na maioria das vezes, a escola não procura conhecer.

Na visão de Arroyo (2011), os motivos são mais de ordem social e econômica, que ultrapassam a sala de aula, porém a escola deve intervir no que lhe compete, não devendo ser omissa diante desse fato. Para o autor,

A EJA somente será reconfigurada se esse olhar for revisto. Se o direito à educação ultrapassar a oferta de uma segunda oportunidade de escolarização, ou na medida em que esses milhões de Jovens-Adultos forem vistos para além dessas carências, tendo participação cidadã no mundo que está inserido (ARROYO, 2011, p. 23).

Na compreensão do autor surge ver os Jovens e Adultos para além de suas trajetórias escolares, pois superar a dificuldade de reconhecer que, além de alunos e jovens evadidos ou excluídos da escola, antes de portadores de trajetórias escolares truncadas, eles e elas carregam trajetórias perversas de exclusão social, vivenciam trajetórias de negação dos direitos mais básicos à vida, ao afeto, à alimentação, à moradia, ao trabalho e à sobrevivência.

No entendimento de Freire (2000), os altos índices de reprovação no ensino fundamental acabam contribuindo para o abandono da escola de muitos alunos. Às vezes, não deixa de ser uma responsabilidade no momento de avaliação que, como consequência, causa o fracasso escolar e, em seguida, a evasão escolar.

Para Freire (2000), é importante considerar que o rendimento baixo dos alunos pode estar associado ao desempenho dos educadores ao mediar o conhecimento. Assim, é importante também reavaliar a maneira de ensinar, visto que quando isso não é percebido pode ser um determinante da evasão escolar.

Em face disso, Freire (2000) acrescenta que não se deve procurar culpados pelo abandono escolar, é preciso sim propor medidas para corrigir a situação ou prevenir sua ocorrência. Ainda ressalta que deve ser compromisso dos professores e da gestão escolar em discussões pedagógicas mostrar preocupação, uma vez que falta alternativa para manter os alunos inseridos no sistema de ensino com qualidade.

3.3 Práticas Pedagógicas e a Prevenção da Evasão Escolar

As aulas deveriam ser mais atraentes para os alunos de forma que os estudos necessários e fundamentais pudessem fazer a diferença na vida de cada um, e fizesse com que ele se sentisse incluído na sociedade. Isso porque, mesmo em um país com tantos problemas sociais como o nosso, ainda é possível uma educação para todos (CEARON, 2011).

Os autores Schargel e Smink (2002) acreditam que práticas pedagógicas para estimular os alunos que não concluíram os estudos no tempo adequado precisam ser repensadas. Nesse contexto, os autores descrevem de forma geral algumas ideias que podem prevenir a evasão escolar desde os primeiros anos de escola, consideram o acompanhamento da família nas atividades educacionais como um efeito positivo na vida dos estudantes de todas as idades, sendo um indicador preciso para consolidar uma aprendizagem significativa ao longo das etapas do ensino.

Os programas de leitura e redação desenvolvidos pela escola podem servir de base para um aprendizado eficaz para todas as disciplinas, pois são as principais

ferramentas no auxílio das habilidades, geram benefícios que respaldam todas as demais estratégias, assim contribuindo para conter a evasão escolar.

Nessa perspectiva, os programas de base comum, com capacidade de aumentar a relevância e gerar entusiasmo no processo do aprendizado, podem promover e estabelecer afinidades com os estudos durante o ano letivo, com impacto positivo na vida dos alunos com baixo desempenho, que têm de participar do ambiente escolar normal ou das atividades típicas de sala de aula (SCHARGEL; SMINK 2002).

A escola alternativa é outra opção que pode oferecer aos desistentes diversas opções capazes de conduzir ao término/conclusão de cursos com programas que dispensam especial atenção às necessidades sociais individuais dos alunos e aos requisitos de natureza acadêmica para a obtenção de um diploma de ensino médio (SCHARGEL; SMINK 2002).

Os autores Schargel e Smink (2002) afirmam ainda que aulas estimuladoras são norteadoras de sucesso do ensino-aprendizagem por permitir a participação dos estudantes do ensino noturno que muitas vezes demonstram cansaço, tem a estima baixa, o que torna viável e imprescindível buscar e desenvolver metodologias criativas e atraentes, que permitam aos alunos reconstruir ideias inovadoras.

As dicas apresentadas por Schargel e Smink (2002) fornecem reflexões para a comunidade escolar, pois os sucessos no aprendizado dependem de todos os participantes do processo educacional. Porque a melhoria na qualidade do ensino brasileiro e também o nível de educação no Brasil só avançam com o envolvimento individual e coletivo dos autores responsáveis pelo desenvolvimento da nação tanto cultural quanto social, econômico e político.

No entanto, Schargel e Smink (2002) pontuam que o desenvolvimento profissional refere-se aos professores que trabalham com jovens que se encontram em risco de reprovação acadêmica, e esses profissionais precisam se sentir apoiados. Para isso, necessitam contar com um canal que lhes permita continuar desenvolvendo habilidades e técnicas, e também conhecer e aprender sobre as estratégias inovadoras.

Nessa concepção, Schargel e Smink também descrevem sobre a Receptividade a Diversos Estilos de Aprendizado e Inteligências Múltiplas. É importante os professores compartilhem com os alunos as diferentes maneiras de aprender. Desse modo, os estudantes descubrem formas novas e criativas de resolver problemas e conquistar o sucesso e serem eternos aprendizes.

As Tecnologias Instrucionais oferecem melhores oportunidades para que seja ministrado o tipo de instrução que envolva o estudante em autênticas atividades de aprendizagem, aborde inteligências múltiplas e seja adequado aos estilos de aprendizagem dos alunos de acordo as etapas do ensino aprendizagem (SCHARGEL; SMINK 2002).

A influência da metodologia na prática pedagógica envolve também a delimitação de conteúdos a serem trabalhados na escola, e o desenvolvimento intelectual dos educandos, não está relacionado com a quantidade de conteúdos, mas com a qualidade dos significados atribuídos aos conceitos, procedimentos e atitudes abordados durante as aulas que podem auxiliar no problema da evasão escolar (BRASIL, 1998).

Os PCNs (1998) destacam que cada conteúdo ensinado precisa ter o seu foco de estudo e seus valores associados a um conjunto de saberes e procedimentos necessários para a compreensão da natureza e sua transformação ao longo das atividades desenvolvidas. Desse modo, se estas forem trabalhadas de acordo as orientações desses parâmetros é possível diminuir os altos índices de evasão.

É pertinente a visão de Perrenoud (1993) quando preceitua que a maneira como o professor trabalha auxilia os alunos a aprender pouco a pouco cada conteúdo proposto pelo currículo de ensino. Assim, a metodologia do professor contribui para manter os alunos estimulados para compreender e aprender os assuntos de forma significativa, o que pode ser um caminho para evitar a evasão escolar.

Brandão (2004), por sua vez, acredita que os educadores devem selecionar metodologias e conteúdos capazes de promover meios em que os alunos possam fazer suas próprias perguntas para obter informações e compreensões do

conhecimento, consolidando assim o saber cotidiano com o científico de maneira prazerosa e estimulando os alunos a se manterem mais tempo nos estudos.

É interessante abordar a concepção de Alonso (2001) sobre as metodologias de ensino nas quais os alunos apresentam desinteresse e que têm contribuído negativamente no processo ensino-aprendizagem, gerando baixa autoestima. Dessa maneira, podem gerar a repetência e alto índice de evasão. Nesse sentido, a autor destaca que o recurso adotado pelo professor para mediar o saber científico precisa ser comprometido com o ensino e os resultados da aprendizagem, de modo que facilite ao aluno participar da construção do seu próprio conhecimento.

A escola deve priorizar a qualidade do ensino, no que tange à seleção de suas estratégias, com relevância pessoal e social, para as aulas tornarem-se mais prazerosas, contribuindo como envolvimento dos alunos em sala de aula, evitando que os mesmos desistam dos seus objetivos, ou de seus sonhos (ALONSO, 2001, p.67).

A partir da concepção do autor acreditamos que se a escola funciona em harmonia com todos seus componentes, o professor é capaz de coordenar a ação educativa; o aluno como sujeito participante da escola. Dessa forma, responsabiliza-se a escola a refletir sobre suas estratégias de ensino para a melhoria da qualidade do aprendizado.

Para o autor, os alunos deixam de se esforçar quando as aulas não são interessantes, eles entendem cada vez menos o que devem estudar, acabam produzindo um aumento generalizado de desinteresse, o que os induz a buscar justificativas para abandonar os estudos.

Por outro lado, Freire (2002) destaca o diálogo como condição indispensável no processo ensino-aprendizagem sala de aula deve se tornar e se manter como um espaço de diálogo, um ambiente estimulador, que poderá contribuir para amenizar a evasão escolar.

O ato de conhecimento do processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educandos, uma relação de autêntico diálogo. Aquela em que os sujeitos do ato de conhecer (educador; educando - educador) se encontram mediados pelo objeto ser conhecido em uma perfeita harmonia (FREIRE, 2000, p.58).

Compreende que a aquisição do conhecimento na alfabetização de Jovens e Adultos, ocorre por meio de uma relação significativa e por meio do diálogo dinâmico entre a comunidade escolar. Para Freire (2000), não há sucesso na aprendizagem quando não ocorre uma interação harmoniosa entre a comunidade escolar.

No entendimento de Freire (2000), os altos índices de reprovação no ensino fundamental acabam contribuindo com o abandono de muitos alunos das escolas. Às vezes não deixando de ser uma responsabilidade no momento de avaliação, como consequência causando o fracasso escolar, em seguida a evasão escolar.

Para Freire (2000), é importante considerar que o rendimento baixo dos alunos pode está associado ao método adotado pela escola, assim ao mediar o conhecimento faz necessário um planejamento participativo, pois quando isso não é percebido pode ser um determinante da evasão escolar.

Já segundo os autores Schargel e Smink (2002), é preciso lançar mão de estratégias que incentivem os alunos que não tiveram oportunidades de estudar no tempo certo, porque a escola tem autonomia para buscar caminhos que podem trazê-los para o espaço educacional de maneira significativa.

O desafio no campo da evasão escolar precisa está aberto às mudanças para superar os obstáculos do presente e traçar metas para a garantia do futuro da EJA. Considera-se uma importante conquista vencer o desafio evasão escolar na atualidade, pois não é visto como uma preocupação sistêmica governamental (CEARON, 2011).

Conhecer os motivos que contribuem para a evasão e nada fazer para mudar a realidade se constitui uma ausência de compromisso com a nação, pois os Jovens e Adultos têm o direito de ser incluídos na sociedade e é responsabilidade de todos (ARROYO, 2011).

De acordo Brandão (2004), o abandono escolar pode ser resultados de práticas pedagógicas não inovadoras, pois as aulas não atraentes têm contribuído negativamente no processo ensino-aprendizagem em todas as etapas da educação

básica. Assim, as práticas pedagógicas inovadoras podem fazer a diferença nos resultados da aprendizagem.

Os alunos aprendem participando, fazendo, construindo juntos. Por isso, o mediador deve planejar as suas aulas pensando em possibilidade de inovação. Mesmo o público de Jovens e Adultos merece uma atenção específica para a prevenção da desistência dos estudos (BRANDÃO, 2004).

As transformações ocorridas em todas as camadas sociais têm contribuído para o desenvolvimento da educação brasileira, os entraves precisam ser reavaliados pelos responsáveis pelo sistema educacional do país para uma melhoria na qualidade do ensino, objetivando o acesso e a permanência da educação dos Jovens e Adultos, para a sua inclusão e participação na sociedade (Freire, 2000).

O método de Paulo Freire está voltado para a alfabetização visando à Educação Libertadora. Vale destacar que, essa libertação não está voltada somente para o campo cognitivo, mas deve acontecer, principalmente, nos campos sociocultural e político. Não se pode esquecer que a educação de Jovens e Adultos está sempre sendo resgatada, visto que tem o objetivo de garantir o acesso de todos à educação, independentemente da idade.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

A Escola Municipal do Ensino Fundamental São José foi construída pela Prefeitura Municipal de Alcobaça-Ba, no ano de 1982, com 4 salas de aula. No início atendia do primeiro ano ao 5º ano regular, mas com a demanda de matrícula, aumentou o número de salas para 8, só sendo que somente em 1986 passou a atender a modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Em 13 de janeiro de 1989, por meio do ato de criação Lei nº 249/89 foi regulamentada pela Portaria 207/96, DO do Estado da Bahia, de 23/05/96, com a inscrição de nº 02.084.199/0001-99 (IBGE, 2013).

A escola hoje possui espaço amplo, com 14 salas de aula, sendo 6 destinadas à educação de Jovens e Adultos e uma sala de leitura. Atende acima de 800 alunos, tanto do distrito como das comunidades circunvizinhas.

Nesse contexto, localiza-se o campo da pesquisa, mais especificamente no distrito de São José, no município de Alcobaça/BA e distante da capital do Estado, Salvador, aproximadamente 800 quilômetros. O mapa a seguir sinaliza a localização do município e da capital, bem como os municípios circunvizinhos.

Figura 1- Alcobaça/BA - Costa das Baleias



Fonte: IBGE, 2013

O estudo adotou a pesquisa qualitativa, por ser considerada uma ferramenta importantíssima no desenvolvimento da investigação. Nesse processo de estudo contribuiu para os resultados, sem perder seu caráter científico, e possibilitou uma maior participação dos envolvidos, e a apropriação dos procedimentos e dos resultados obtidos.

Trivinos (2008) aponta que a pesquisa é um processo organizado que deve objetivar o avanço do saber científico que inclui descrições, explicações, interpretações, orientações, e também o método para se chegar a esse conhecimento.

Nessa perspectiva, da abordagem qualitativa emergiu uma nova possibilidade de produção do conhecimento científico, ao considerar a realidade vivenciada pelo objeto em estudo, mediante o contexto histórico e social vivenciado pelos sujeitos da pesquisa. Segundo Trivinos (2008), a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. O uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno, mas também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças.

Assim, a pesquisa foi dividida em etapas: no primeiro momento envolveu um levantamento bibliográfico literatura específica sobre a temática em pauta. Em seguida, fez-se necessário conhecer algumas produções científicas já produzidas sobre o assunto. Como aborda Trivinos (2008), a revisão da literatura é parte central da pesquisa, contribui para focar mais diretamente o problema e apresentar um resultado mais amplo.

O método adotado foi exploratório que, de acordo Trivinos (2008), tem o objetivo é de elaborar uma visão geral acerca de um determinado fenômeno. Em seguida, em busca de cumprir com objetivos específicos, ele foi aplicado a uma determinada amostra e contou com a colaboração dos sujeitos diretamente envolvidos: alunos, professores e gestores.

Por fim, foram estabelecidas as técnicas de registro e de análise de dados. Nesse sentido, o tratamento dos dados ocorreu da seguinte forma: as informações coletadas foram organizadas, tabuladas e analisadas para possibilitar a

interpretação. Essas fases possibilitaram a elaboração de resultados em relação ao tema proposto.

A Técnica de Pesquisa e Amostragem contou com os relatórios fornecidos pela secretaria de registros acadêmicos da escola pesquisada referentes às turmas ingressantes no ano de 2014. Por meio de relatórios extraídos de atas de resultados finais e diários de classes como endereço, telefone e correio eletrônico, foi possível identificar os dados pessoais dos alunos. De posse desses dados foram realizados alguns contatos com os alunos e agendadas as entrevistas. Algumas aconteceram nas residências, local de trabalho dos respondentes e nas dependências da escola pesquisada. Desse modo, se obteve o número de amostra necessário para alcançar o objetivo desta pesquisa.

Os sujeitos da pesquisa foram 15 ex-alunos de ambos os sexos, que abandonaram os estudos em 2014 na 2ª etapa do ensino noturno, modalidade EJA na última série do ensino fundamental 2, sendo duas classes do Eixo IV, (correspondente ao 8º e 9º ano). Essas turmas foram selecionadas por apresentarem os maiores números de evadidos, e também cinco professores, um coordenador e uma vice-diretora que atuava em 2015 na escola pesquisada.

O instrumento de coleta de dados selecionado para a pesquisa foi a entrevista que, para Trivinos (2008), é uma técnica considerada que não depende só de conhecimento, mas principalmente da experiência do pesquisador para elaborar perguntas capazes de investigar, a partir das respostas, um fato ou o evento desejado.

Nas análises dos documentos, a finalidade foi encontrar informações sobre a situação acadêmica do educando, se foi aprovado, reprovado ou evadido. Para Trivinos (2008), os documentos se constituem em uma fonte rica e estável de dados, além de subsistirem ao longo do tempo, podendo ser considerados a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica.

A entrevista proporcionou maior familiaridade com o problema visto que apresentou resultados mais explícitos do fato pesquisado. É desejável que a pesquisa qualitativa tenha como característica a busca por:

[...] uma espécie de representatividade do grupo maior dos sujeitos que participarão no estudo. Porém, não é, em geral, a preocupação dela a quantificação da amostragem. E, ao invés da aleatoriedade, decide intencionalmente, considerando uma série de condições (sujeitos que sejam essenciais, segundo o ponto de vista do investigador, para o esclarecimento do assunto em foco; facilidade para se encontrar com as pessoas; tempo do indivíduo para as entrevistas, etc.) (TRIVINOS, 2008, p.132).

Ao refletir sobre as ideias de Trivinos (2008), percebe-se que a pesquisa qualitativa contribui para alcançar os objetivos ao buscar resultados aprofundados sobre o problema, ao procurar aproximar os achados do determinado fato, podendo se constituir em uma investigação mais ampla devido ao tema pesquisado ser genérico, tornando-se necessário esclarecimento e delimitação. Nesse sentido, foram elaboradas questões abertas para realizar a entrevista semiestruturada. Dessa forma, o pesquisador se sentiu à vontade, e também procurou esclarecer as expressões relacionadas às razões que contribuíram para o abandono dos estudos.

Os entrevistados foram selecionados de forma aleatória com a finalidade de proporcionar um maior equilíbrio para o universo pesquisado; foram dois grupos, sendo um grupo de alunas do sexo feminino e outro grupo de alunos do sexo masculino.

Justifica-se que, no intuito de preservar a identidade dos sujeitos, foram utilizadas as letras iniciais do nome e sobrenome tanto para os alunos como para os profissionais da educação da Educação de Jovens e Adultos da escola. A proposta metodológica de entrevistar homens e mulheres foi planejada a fim de verificar se as razões que contribuíram para a desistência dos estudos em 2014 foram as mesmas de em ambos os sexos.

Saber quem são os participantes da pesquisa contribuiu para a sistematização dos objetivos planejados. Acredita-se que o processo de discussão sobre a educação de Jovens e Adultos pode servir de referência no atendimento ao perfil dos educandos, como também pode avaliar as propostas pedagógicas curriculares da EJA, visando a possibilidade de permanência dos alunos nos estudos. Nesse sentido, a metodologia utilizada traz uma reflexão acerca da evasão e as expectativas dos sujeitos envolvidos. Convém ressaltar que a estratégia utilizada foi importante para os resultados apresentados neste estudo a seguir.

Assim, a técnica de entrevistas foi aplicada para um total de quinze ex- alunos (15), sendo oito do sexo feminino e nove do sexo masculino, a idade dos pesquisados encontra-se entre 18 a 48 anos de idade, a grande maioria é solteira, porém são pais e mães, cinco (5) são empregadas domésticas, sete (7) são auxiliares de serviços gerais, um (1) motorista, um (1) pedreiro e um (1) radialista.

Portanto, foram percebidas características fundamentais a respeito do público pesquisado, sendo observado que a maioria dos ex-alunos entrevistados não tem uma profissão que exige atualmente a educação básica. Para Cearon (2011), a ausência de uma qualificação profissional contribui para que muitos indivíduos procurem a escola. Assim, as instituições de ensino, de acordo com a autora, precisam ter uma proposta de ensino condizente com o público da EJA.

Além disso, o respondente foi motivado por meio de uma conversa informal sobre a instituição que promoveu a pesquisa e sobre as vantagens da pesquisa, sua contribuição pesquisa e, em geral, para a sociedade. Foram 4 roteiros (Apêndices A, B, C e D), com o objetivo de verificar os fatores determinantes da evasão escolar relacionadas com a evasão escolar da EJA dessa escola.

Dessa forma, atingiu-se a proposta metodológica, uma vez que se realizou a entrevista com os ex-alunos. A técnica aplicada consistiu de 6 questões abertas, em que o pesquisador leu a pergunta e o entrevistado dissertou as suas respostas.

Assim como os ex-alunos, utilizou-se a técnica de entrevistas para com os cinco (5) professores selecionados, um (1) coordenador pedagógico na gestão da escola, a vice-diretora, totalizando sete (7) indivíduos entrevistados. Vale ressaltar que os professores são das áreas de Ciências, História, Matemática, Geografia e Português. Dos profissionais da educação, 99% possuem o ensino superior de acordo com as exigências da Lei de Diretrizes e Bases 9394/96. Todos demonstraram interesse em participar da investigação.

De acordo com os professores e a gestão, para trabalhar na Educação de Jovens e Adultos é preciso saber aproveitar e trabalhar com o concreto, ou seja, com o conhecimento que o aluno já adquiriu e tentar atualizar esses conhecimentos de conforme a realidade do dia a dia, e com o que a sociedade exige desses

educandos. “A importância do papel do educador, o mérito da paz com certeza de que faz de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo” (FREIRE, 2006, p. 27).

Para ser mediador do conhecimento nesse público, é preciso ajudar o aluno a ter um pensar crítico e não torná-lo uma máquina, precisa saber o que deve ensinar, para o aluno compreender a importância do que está sendo aprendido para a vida (FREIRE, 2006).

Para Brandão (2004), a escola é um espaço no qual os alunos confiam nas pessoas para falar de suas angústias e de seus sonhos. Com base nesse pressuposto, compreende que a relação da equipe educacional é relevante para que todos se sintam importantes no processo do conhecimento.

5 ANÁLISES E DISCUSSÕES

As análises dos dados coletados no percurso da pesquisa exigiram reflexões sobre as falas de todos os pesquisados, as diferentes fontes de respostas oriundas das entrevistas e suas relações com as análises documentais realizadas. Desse modo, definiu-se como critério para a interpretação dos dados obtidos a análise das respostas de cada grupo pesquisado para, em seguida, estabelecer comparações entre os diferentes grupos com a finalidade de atender os objetivos propostos para a presente pesquisa.

As primeiras informações coletadas indicam que as turmas em que ocorreu o maior índice de abandono foram as do ano de 2014, período de oferta de duas turmas de 8º e 9º ano, totalizando 115 alunos de ambos os sexos, de idades diferentes, que seriam os concluintes do ensino fundamental da escola naquele ano.

O desafio inicial foi identificar os sujeitos evadidos para no momento seguinte contatá-los. Dessa forma, levantou-se junto a Coordenadoria de Registros Acadêmicos da escola dados desses Jovens e Adultos, sendo identificadas 115 matrículas. Destas, 55 alunos evadiram por algum motivo, representando um índice da ordem de 47,83%, quase 50% do total da matrícula inicial.

5.1 Evasão na Perspectiva dos Alunos

De acordo dados IBGE (2013), nos trabalhos da agricultura têm apresentado um índice maior de homens trabalhadores rurais, as mulheres também trabalham, mas muitas ficam em casa fazendo os trabalhos domésticos ou em outras funções.

Dos 55 alunos que desistiram dos estudos, 32 foram homens, perfazendo um total de 58%; as mulheres foram 23, um total de 42%, destacando-se uma preponderância do sexo masculino, pois, de acordo com o resultado, há um percentual maior de homens evadidos.

Em relação ao número de desistência ter sido com de maior índice o do sexo masculino, acredita-se que pode ter sido em decorrência da maior proporcionalidade de indivíduo de esse gênero ser o mantenedor da família e ter que abandonar a escola devido ao trabalho.

Para Arroyo (2011), os motivos que contribuem para os Jovens e Adultos evadirem da principalmente os do sexo masculino, são de ordem social e econômica, constituindo-se em um problema que ultrapassa a sala de aula. O autor responsabiliza o abandono escolar da EJA, em especial dos sistemas de ensino, mas fica entendido também que a família e a escola não deixam de ter sua parcela de contribuição nesse processo.

Ao serem questionados sobre a motivação para retornar aos estudos, os ex-alunos revelam que a melhoria salarial foi o que mais pesou em sua tomada de decisão, pois havia uma expectativa de melhorar as condições econômicas. Outras questões também foram apontadas, como a valorização profissional, salário, a aquisição de conhecimentos para no futuro ser qualificado em uma profissão, ou fazer uma faculdade e ser respeitado na sociedade em que vive. Convém destacar que 20% do grupo que evadiu tinha por propósito fazer uma faculdade, sonho este que fora abandonado por algum motivo.

Na visão de Cearon (2011), as transformações ocorridas no Brasil ao longo da história, os avanços tecnológicos, a mão de obra qualificada, as pretensões de mudanças de emprego, satisfação pessoal, dentre outros, contribuíram para o ingresso dos alunos no ensino noturno.

Percebeu-se, por meio do depoimento de um aluno, que o retorno aos estudos contribuiu para realizar o seu objetivo, que era ser motorista de ônibus. Portanto, o ingresso na Educação de Jovens e Adultos para ele foi fundamental para a mudança de emprego e um salário melhor.

Comecei a trabalhar muito cedo, em Serviços Gerais, com o retorno aos estudos, aperfeiçoei na leitura e escrita, troquei a minha habilitação de B para D. Assim realizei o meu sonho de ser motorista e hoje sou empregado naquilo que sempre sonhei, sou motorista de transporte escolar, ganho também um salário melhor, mas não concluir o ensino fundamental, desistir devido o cansaço do trabalho. (A, N, T, 31 anos).

Questionados sobre suas expectativas antes de abandonar os estudos, os ex-alunos, a grande maioria, responderam que seus objetivos de vida foram interrompidos, haja vista que as expectativas dos entrevistados foram diversas, como a de concluir a educação básica, de ser professor, mecânico, motorista, médica na área de pediatria, dançarina e enfermeira, porém concluir o ensino médio foi o mais falado.

Segundo Arroyo (2011), a Constituição Federal de 1998, reafirmado pela LDB 9394/96, respalda a educação para Jovens e Adultos. Porém, o IBGE 2013 traz dados do alto índice de evasão e repetência nas escolas públicas brasileiras. Para o autor, as expectativas desse público são prioridade, pois quando não são consolidadas, a evasão se concretiza imediatamente.

Entre os diversos depoimentos dados pelos entrevistados a respeito da evasão escolar, percebeu-se a coerência entre a teoria de Arroyo (2011) sobre as expectativas do público da Educação de Jovens e Adultos que, quando não são atendidas, favorecem o processo da evasão escolar. O depoimento a seguir de um ex-aluno comprova que na ausência de estímulos no ambiente da aprendizagem pode ocorrer a desistência dos estudos dos alunos.

Eu não conseguia aprender com tantas conversas paralelas durante as aulas, à bagunça de alguns colegas é tanto, nem todos os professores interessam por agente, alguns são rigorosos, até nos humilha, além de tudo as aulas são muitas cansativas, não entendo a explicação de certos professores, por isso acabei desistindo. (E. A. C., 27 anos).

Quando foram questionados sobre as aulas dadas pelos professores, se tinha algum ponto negativo na metodologia de ensino; 7% dos ex-alunos não definiram, mas 40% dos entrevistados revelaram que as estratégias aplicadas nas aulas pelos docentes dificultava a assimilação dos conteúdos porque não compreendiam o assunto intermediado pelo docente. Assim, a aprendizagem ficava comprometida em todas as disciplinas ofertadas de acordo com os pesquisados; já 53% dos ex-alunos

acreditam que a maneira de ensinar adotada pelos educadores não era adequada devido às aulas serem sempre expositivas, sem inovação tecnológica.

Para Brandão (2004), a indisciplina é um fator que atinge o turno noturno com menor frequência, mas ainda há algumas situações que persistem. Desse modo, cabe à escola intervir diretamente no problema quando existe para evitar que os mais velhos desistam. Para a autora, práticas pedagógicas exigem planejamento, avaliação e reflexão.

As metodologias de ensino devem ser repensadas no planejamento na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, aulas inovadoras que dê condições aos alunos participarem, poderá contribuir para a permanência dos estudantes da EJA continuarem os estudos e alcançar os seus objetivos de vida (BRANDÃO, p, 70, 2004).

Na visão de Brandão (2004), rever as metodologias de ensino é essencial para a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem, pois quando não estimulam o aluno a participar, pode aumentar a evasão escolar. Os depoimentos dos alunos a seguir feito pelos alunos vêm convalidar a teoria mencionada no texto pela autora.

Eu prefiro não falar nada, por que tem professor que marca o aluno, mas na escola , o aluno é só para fazer o que professor manda, escrevemos muito, abandonei na metade do ano passado, não pretendo voltar enquanto os professores não trazerem novidades para as aulas. (R. C., 19 anos).

Nas perspectivas dos ex-alunos, as aulas eram cansativas, iniciavam muito cedo, às seis e meia, com o término as vinte e duas horas. Dessa forma, ficava inviável a permanência no ambiente educacional. Segundo os entrevistados, à noite, após as aulas, ainda era preciso realizar os afazeres domésticos. Com isso, dormia tarde e acordava cedo. Dessa maneira, não era possível conciliar estudo e trabalho. O depoimento representa algumas das razões dos ex-alunos terem deixado de estudar.

Ficar sentados só escutando o professor falando dá muito sono, as aulas começam às seis e meia e só terminava às vinte e duas horas, tínhamos que levantar cedo para trabalhar, o cansaço mental e físico tomou conta de nós, para estudar depois de um dia de trabalho precisa ter emoção. (A.C.B., 21 anos, A.N.T., 27 anos, E.S.S., 30 anos, E.C.S., 38 anos, R. J. J., 41 anos e A.S.S., 48 anos).

Outros motivos de desistirem dos sonhos planejados anteriormente foram evidenciados pelos pesquisadores, os quais não foram possíveis superar. Desse modo, a opção foi deixar o curso no qual ingressaram, visto que os objetivos traçados inicialmente não foram alcançados, em especial o de concluir a Educação Básica, a meta da maioria dos entrevistados. Além disso, ter filhos pequenos sem ter apoio algum para cuidá-los na ausência, problemas de saúde, como a baixa visão, as disciplinas de matemática e inglês, o transporte escolar que quebrava sempre, as aulas desmotivadoras, o trabalho exposto ao sol, dentre outros fatores, aos poucos foram desestimulando os Jovens e Adultos e contribuíram para a evasão da escola. O depoimento representa angústias por parte de quem almejava ter uma formação acadêmica.

Trabalho o dia todo na agricultura, exposta ao sol, à noite estou cansada, mesmo assim ia para a escola, mas era muito chato, ouvir só o professor falar e eu escrever, me dava muito sono, foi o jeito eu desistir, pois para mim não tinha nada interessante. (A.C.B., 21 anos).

A interpretação dos dados obtidos nas perspectivas dos alunos sobre a evasão escolar indica os principais motivos da desistência dos alunos no ano 2014, no campus pesquisado. Para 40% dos alunos, o trabalho longe de casa foi o fator determinante para a desistência; já 53% entrevistados de sexo diferentes alegaram ter evadidos dos estudos por acreditar que as aulas desenvolvidas pelos professores eram cansativas e também as aulas começarem às seis e meia, com término às

vinte e duas horas; 13% têm filhos pequenos sem ter apoio algum para cuidá-los na ausência e o transporte escolar precário, 20% problema de saúde e 27% por não compreenderem nada nas disciplinas de inglês e matemática.

Diante da escuta das razões que levaram esses alunos a desistir dos estudos fica uma sugestão da autora Cearon (2011). Ela acredita que as metodologias de ensino, especialmente para esse público, precisam ser motivadoras, porque aulas desinteressantes para eles podem gerar um alto índice de evasão escolar.

Em consonância com Arroyo (2011), as causas que contribuem para a evasão escolar não deixam de ser um fator social, porém quando há uma política educacional planejada de acordo com a realidade da comunidade escolar, menos problema com o abandono escolar a escola terá.

No diálogo com os alunos, ficou claro que, embora tivessem sonho de concluir a educação básica, sendo que alguns chegaram a aventar a hipótese de fazer uma faculdade, e diante de dificuldade encontrada para realizar os seus objetivos, foi necessário abandonar os sonhos. Isso evidencia a necessidade de uma reestruturação na organização curricular da EJA, para que os Jovens e Adultos possam ser incluídos na sociedade de forma mais justa e igualitária.

5.2 Experiência Vivenciada com a EJA: Perspectiva dos Professores

A maioria dos professores ao serem entrevistados, respondeu que por ter oportunidade de emprego está lecionando na Educação de Jovens e Adultos, não foi opção escolhida e sim uma necessidade de trabalhar, são contratados pela Prefeitura Municipal, sendo que dois professores dos entrevistados são efetivos e lecionam a disciplina de sua formação.

Quando foram questionados sobre quais as dificuldades encontradas para trabalhar com a Educação de Jovens e Adultos, foram unânimes em dizer que o maior entrave é o de cumprir com a proposta de ensino porque os alunos faltam muitos as aulas, o que dificulta cumprir com o planejamento semanal.

Quando foram questionados sobre as experiências dos docentes com esse público, foi colocado pelos entrevistados que trabalhar com a Educação de Jovens e Adultos

é tranquilo, mas há aqueles mais jovens que, às vezes, atrapalham. Quando foram questionados sobre o interesse dos alunos pela disciplina que trabalha, responderam que nem todos se interessam, visto que eles acreditam que os alunos chegam nessa etapa com muitas necessidades de interpretação em todas as áreas do conhecimento, principalmente nas exatas, demonstrando assim desinteresse pela aprendizagem.

Os entrevistados foram questionados sobre a proposta curricular da EJA, e também sobre as dificuldades encontradas para lecionar. Eles responderam que as dificuldades começam primeiro pela proposta de ensino já que a escola a recebe pronta da Secretaria Municipal da Educação e não tem participação na elaboração. Também colocaram que a proposta pedagógica do diurno é a mesma do turno noturno, “fica muito a desejar, pois o público noturno é outra realidade”.

Dos professores questionados, apenas um colocou que se sente preparado para trabalhar com esse público; os demais disseram que nunca foram capacitados para intermediar o conhecimento com os alunos dessa modalidade de ensino. Para Cearon (2011), os professores da Educação de Jovens e adultos precisam ser especializados na área em que atuam para realizar com propriedade o ofício de ensinar. Isso contribuiria para o desenvolvimento do trabalho e, conseqüentemente, para estimular os Jovens e Adultos a gostar de estudar, de maneira a concluir seus objetivos de vida.

Para os participantes, o horário da escola, por muitos trabalharem longe de casa, e também a carga horária, podem ser as principais causas da evasão escola. Acrescentaram que as aulas desenvolvidas, na maioria das vezes, acabam se tornando mecânicas por utilizarem mais o livro didático. Explicaram que as aulas práticas como oficinas, seminários, dentre outras, não são aplicadas, alegando que os alunos demonstram muito cansaço, chegando até a dormir nas carteiras.

Quando foram questionados, se a escola aplicou alguma ação que pudessem evitar a evasão de alunos do programa; de acordo os entrevistados que não, pois não foi planejada nenhuma atividade visando à permanência dos estudantes.

A entrevista com os docentes revelou que as causas que contribuíram para o alto índice de evasão são o resultado de diversos fatores, todos acreditam que o horário da escola e a falta de requisitos têm contribuído para a evasão, além de outros motivos. Porém, justificam que no turno da noite não se observa uma preocupação por parte de todos para conter o abandono escolar.

Na concepção de Brandão (2004), o ensino-aprendizagem da Educação de Jovens e Adultos precisa ser visto com cuidado porque não tem receitas prontas, porém os autores responsáveis por essa modalidade de ensino devem se responsabilizar pelo fracasso escolar quando acontece.

Todos os professores questionados, ou seja, os 100% dos entrevistados, apontaram que os alunos desistiram dos estudos em 2014 na 2ª Etapa do Ensino Fundamental porque muitos deles chegaram a essa etapa sem os requisitos de leitura e escrita. Além disso, eles acreditam que o horário das aulas não atende as necessidades individuais dos alunos. Já 80% dos docentes questionados acreditam que o trabalho resulta em alunos cansados e desinteressados. Outros professores, que totalizaram 40%, sinalizaram que o transporte escolar é de má qualidade e tem contribuído para o abandono escolar, visto que não traz os alunos das comunidades circunvizinhas à escola todos os dias por sempre estar quebrado.

Para Arroyo (2011), na atualidade o sistema de ensino vigente não propõe um programa específico para os alunos que não estão se adaptando, ou ainda que o fracasso seja atribuído ao próprio fracassado. Mesmo que a escola às vezes reconheça que seus métodos de ensino e suas práticas pedagógicas sejam ineficientes, tornando-se necessária e urgente a disposição para buscar novas formas de ensino sob a perspectiva do aluno.

Ao considerar a visão dos professores, observa-se a importância de tratar a evasão escolar com mais relevância pelos órgãos competentes, pela sociedade e pelas famílias. Os professores questionados apresentaram motivos da evasão em consonância com a concepção dos alunos: o trabalho longe de casa, o horário de início das aulas e o transporte escolar. Porém, os professores apontaram outras necessidades consideradas entraves, como ausências de recursos pedagógicos e tecnológicos no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

5.3 Trabalhando com EJA: Perspectiva da Coordenação Pedagógica

Quando questionado, o coordenador pedagógico da escola, pedagogo e licenciado em Artes Visuais, respondeu que as maiores dificuldades de trabalhar com a Educação de Jovens e Adultos na escola pesquisada é a ausência de material humano, pois, apesar de ter formação superior, não são habilitados na área de Educação de Jovens e Adultos.

Segundo o entrevistado, a ausência de compromisso por parte de alguns profissionais pelo que realiza, as diretrizes que norteiam o processo ensino-aprendizagem não correspondem à realidade local, e a proposta pedagógica elaborada pela Secretaria Municipal de Educação sem a participação da comunidade escolar tem contribuído negativamente para o aprendizado da EJA. O depoimento a seguir retrata a experiência do coordenador pedagógica na Educação de Jovens e Adultos.

Tenho experiência com essa modalidade de ensino há 33 anos, com metodologia tradicional, salas cheia os resultados eram significantes, os alunos aprendiam. Hoje com tanto avanços tecnológicos, a escola na mesmice os alunos evadem com facilidade (B, B, C, 58 anos).

Segundo o entrevistado, a ausência de uma direção democrática, com exigências fora da cogitação da LDB 9394/96, a violência na comunidade, as aulas inertes, professores desmotivados e sem compromissos, foram as principais razões da evasão escolar nessa etapa em 2014.

Quando foi questionado que intervenções a coordenação pedagógica fez para evitar o alto índice de evasão, sinalizou que foi apresentada à direção uma proposta de planejamento participativo, mas não obteve êxito.

Para Arroyo (2011), a prática de planejamento participativo é um caminho norteador do sucesso no processo ensino-aprendizagem. Fica entendido que a escola deve

priorizar essa prática constante para evitar diferentes transtornos no desempenho dos resultados do aprendizado.

5.4 A EJA na Perspectiva da Direção da Escola

Ao questionar a direção da escola sobre as dificuldades em garantir um ensino de qualidade para a Educação de Jovens e Adultos, a resposta foi “muitas”. Segundo a entrevistada, não há evidências por parte da Secretaria Municipal de Educação de uma preocupação em oferecer cursos que habilitem os profissionais na área da EJA.

De acordo com a direção, dos professores que trabalham à noite, a maioria tem uma carga horária extensa em outro turno, isso não deixa de ser um problema, pois “o aluno da noite tem suas especialidades”. Acrescentou que em sua atuação como professora procurava na área de linguagem trazer novidades para os alunos da noite, algo que não observa atualmente.

Hoje não vejo meus colegas com aulas dinamizadas, temos proposta curricular que recebemos pronta da sede, a qual não atendem as necessidades reais da nossa comunidade rural, pela nossa omissão, acredito que também temos parceria nos resultados do abandono escolar da nossa escola. (A.S. O).

Quando foi questionada sobre o horário, sinalizou que os desafios são diversos, como o horário da escola, das 18h30min às 22 horas. Para muitos alunos, é muito cedo, nem todos os dias os mesmos alunos vem à escola. A Lei de Diretrizes e Base Nacional (9394/96) deixa explícita no artigo 37, que as escolas podem fazer o seu horário e ter calendário especial, “Nós não temos autonomia para tomar essas decisões, ficamos na dependência da Secretaria Municipal de Educação para caminharmos”.

Ao questionarmos sobre o alto índice de evasão em 2014, respondeu que foi o maior índice de desistência dos alunos da EJA da escola, justificando que muitos alunos da EJA saíram para trabalhar em outras comunidades, em outros não foi identificado o porquê do abandono: “Os alunos foram saindo aos poucos.”

Para Cearon (2011), a unidade de ensino deve ter o seu plano de trabalho sustentado nas necessidades de sua clientela, visando a melhores resultados nas aprendizagens de seus alunos. Quando foi questionada sobre quais ações a escola fez para impedir que a evasão acontecesse, o pesquisador percebeu que a unidade de ensino não teve nenhuma ação nomeada a fim de combater a evasão.

Para Brandão (2004), a escola pode traçar estratégias motivadoras no planejamento junto com a equipe de trabalho, bem como deve articular ações atraentes que todos na prevenção do alto índice de abandono escolar, pois a diferença se faz fazendo, não é preciso esperar que o outro faça. Compreende-se que o compromisso a favor da educação para todos é uma responsabilidade coletiva da família, escola e governo.

Portanto, o resultado da pesquisa revelou causas específicas da evasão da escola, algumas em comum tanto para os discentes quanto para os docentes, como o horário de iniciar as aulas, trabalhar longe de casa, cansaço durante as aulas, dentre outros fatores, que foram motivos fundamentais para a desistência dos alunos do ambiente escolar. Além disso, a coordenação pedagógica e a direção da escola apontaram também razões para o abandono escolar direcionando-as para a ausência de uma proposta curricular adequada e de um planejamento participativo da Educação de Jovens e Adultos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados revelaram que a EJA apresenta dificuldades em garantir a permanência dos estudantes, em especial, em vencer os elevados índices de evasão escolar apresentado na última etapa do ensino fundamental da unidade escolar pesquisada.

Na visão dos autores consultados na pesquisa, o problema da evasão escolar é resultado do sistema educacional brasileiro em qualquer esfera, federal, estadual ou municipal, porém não deixa de responsabilizar a escola, que deve fazer intervenções constantes quando for necessário.

Identificou-se durante toda a pesquisa que o abandono escolar é um dos temas em destaque nas discussões realizadas por profissionais da educação. Muitas vezes tem-se buscado um culpado sem identificá-lo, percebe-se um jogo no qual ora se culpa o aluno, ora a família, ora uma determinada classe social, ora todo um sistema econômico, político e social; o que se observa é que ninguém assume a responsabilidade, mas se delega a evasão escolar a alguém ou a alguma coisa³.

Brandão (2004) considera a evasão escolar como um problema histórico no contexto educacional brasileiro, caracterizado pela repetência sucessiva de adolescentes e adultos sem conseguir completar o Ensino Fundamental. A escola pesquisada apresenta dados que consolidam a teoria da autora.

Nesse contexto, considerou-se para o campo estudado um desafio metodológico, pedagógico e administrativo em adotar novas decisões para nortear o processo ensino-aprendizagem, devido à unidade escolar não dispor de autonomia para caminhar.

Por outro lado, não se percebeu também uma vontade própria da equipe responsável pela unidade de ensino de vencer o desafio maior, que é combater a evasão escolar na EJA para uma educação inclusiva, de acordo a Lei 9394/96.

O artigo 37 da Lei 9394/96, incisos §1º e § 2º, diz que o Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações

³ Brandão, Zaia. Evasão e Repetência no Brasil: A Escola em questão, Rio de Janeiro, 2004.

integradas e complementares entre si. (BRASIL, 1996, p.33). Porém, na escola pesquisada não ficou evidenciada uma política definitiva com vistas à melhoria das propostas do ensino fundamental a fim de reduzir o abandono escolar.

Mesmo considerando que a Educação de Jovens e Adultos se constitui em uma área de intersecção de políticas públicas, percebe-se que a EJA no decorrer da história da educação brasileira esteve atrelada a políticas de resultados rápidos, no que se refere à evasão escolar. Por isso, há necessidade de um ensino que faça o diferencial na formação dos alunos do turno noturno, sendo necessário o envolvimento da escola e dos sujeitos nesse processo, para que, de fato, a proposta de ensino se torne realidade e seja eficaz.

A EJA somente será outra do que foi e ainda é se for assumida como política pública se for equacionada no campo dos direitos e deveres públicos. Esses avanços exigem clareza por parte dos diversos atores que intervêm nesse campo tão aberto e indefinido. [...] redefinir suas ações reconhecendo em cada jovem ou adulto um sujeito de direitos e conseqüentemente pressionar o Estado para que assuma seu dever de garantir esse direito (ARROYO, 2011, p.26).

As políticas desenvolvidas no país, voltadas para a EJA, têm-se caracterizado pela descontinuidade, pela insuficiência e pela necessidade de um projeto que efetive e dê conta da demanda potencial e, conseqüentemente, do cumprimento do direito à educação.

Entretanto, ao verificar o primeiro objetivo específico desta pesquisa, percebeu-se na fala dos ex-alunos as razões dos alunos ingressarem na educação de Jovens e Adultos que, para a grande maioria, foi concluir a Educação Básica, ou ter uma formação específica.

Constatou-se na fala dos Jovens e Adultos, que estes possuem o anseio de concluir os estudos e vislumbram na profissionalização um caminho para a realização pessoal e profissional, como a inserção no mercado de trabalho por meio de uma qualificação profissional.

Para Arroyo (2011), os sujeitos alunos desse processo não terão garantia de emprego ou melhoria de vida, mas abrirão possibilidades de alcançar esses objetivos.

O segundo objetivo foi investigar junto aos alunos evadidos se os objetivos planejados por eles foram realizados. Pelas respostas, as expectativas dos pesquisados foram interrompidas por diferentes obstáculos, que não foram contemplados por diferentes desafios enfrentados no processo ensino-aprendizagem, e as particularidades de cada sujeito não atendidas em suas especificidades.

O terceiro objetivo desta pesquisa foi discutir a relação professor aluno, escola e aluno. Pelas análises dos resultados obtidos, se constata a fragilidade na estruturação da EJA. Com base nos depoimentos dos alunos, professores, gestores e outros atores envolvidos no processo, constatou-se na fala dos sujeitos evadidos as razões de desistência dos estudos.

O quarto objetivo evidenciou que as principais causas específicas da evasão em destaque foram a metodologia adotada pelos professores, o horário de iniciar as aulas, o trabalho longe de casa, e as dificuldades de assimilar os conteúdos em matemática e Inglês. Surgiram outras causas, como problemas de saúde, transporte escolar e ter filhos pequenos sem ter apoio algum para cuidá-los na ausência.

Os professores entrevistados acreditam que os motivos fundamentais dos alunos terem se evadido em 2014 foi a falta de requisitos, O trabalho longe da casa, o horário de iniciar as aulas, e também o desinteresse pelas aulas, mas alegaram que não trabalham como uma proposta de ensino que atenda as reais necessidades dos alunos.

Para a coordenação pedagógica, o que tem mais contribuído de negativo para a desistência de muitos alunos são os professores não habilitados na área da EJA e a ausência de um planejamento participativo. Observa-se a fragilidade da gestão da escola, quando se constatou que não tem autonomia de caminhar, de ter uma proposta que ofereça condições aos alunos do ensino noturno de alcançar seus objetivos, deixando transparecer que o problema é do sistema governamental.

A pesquisa revela que os alunos têm vontade de conquistar um espaço no mercado de trabalho, pois a matrícula realizada pela Coordenadoria de Registros Acadêmicos

da unidade de ensino pesquisada sinaliza uma procura significativa dos de Jovens e Adultos pelos estudos.

Evidencia-se com este estudo, que os sujeitos dessa modalidade de ensino, em especial, os alunos trabalhadores, devido às diversas situações vividas, se deparam com períodos de interrupções nos estudos. Ora, essas interrupções são marcadas por períodos de não frequência às aulas, aumentando os altos índices de evasão na educação de todo o país.

Diante das constatações levantadas nesta pesquisa quanto às experiências vivenciadas pelos professores, coordenadores e gestores na EJA, novas posturas foram sugeridas: repensar a organização curricular e metodológica e os conteúdos da formação, a importância da construção da proposta curricular por meio de um diálogo constante e com a participação dos atores envolvidos no processo ensino-aprendizagem é urgente e necessário.

Na concepção de Arroyo (2011), a escola deve criar condições para que o professor tenha um espaço de planejamento, atendimento ao aluno, por meio de aulas de reforço e da revisão de conteúdos que eles mais têm necessidade de assimilação, de forma a contribuir para a redução dos altos índices de evasão.

Assim, entende-se que a institucionalização da aprendizagem e a sinergia de seus atores, constituem elementos primordiais para a permanência do aluno no ambiente escolar e a continuidade de seus estudos. O ensino presencial apresenta-se, dessa maneira, como a modalidade mais efetiva para a recuperação do sentido da escolarização desses alunos.

A realidade educacional do país mostra elevados índices de evasão escolar e em particular na educação de Jovens e Adultos. Os altos índices revelam que essa modalidade de ensino enfrenta uma situação em que trabalhar se torna mais importante do que estudar, e a solução, na maioria das vezes, é encarar ao mesmo tempo estudo e trabalho. Essa problemática nos leva a refletir sobre a dura realidade dos sujeitos da EJA, pois necessitam trabalhar para sobreviver.

Enfim, a análise sem dúvida se constitui em elementos para futuras pesquisas. O que se pode sim é buscar meios de superar ou amenizar os desafios aqui levantados, por meio da rediscussão de cargas horárias, do tempo, início das aulas, metodologias inovadoras como oficinas, além de efetivar formações continuadas para os professores.

A temática da educação de Jovens e Adultos articuladas em consonância com as necessidades dos alunos apresenta uma relevância significativa para uma contínua investigação para a compreensão das relações entre a educação e o trabalho. Desse modo, vai contribuir para inserir a participação de todos na sociedade atual, de maneira harmoniosa e satisfatória.

Todavia, faz-se necessário uma política definitiva com vistas à melhoria das propostas do ensino fundamental e médio, a fim de superar o abandono escolar, assegurar a “universalização do acesso” e promover a aprendizagem. Acredita-se que a forma integrada entre escola e governo pode resgatar e oferecer a oportunidade para esse público terminar essa fase do ensino já com uma qualificação profissional.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, J. **A Motivação em Sala de Aula**. 4. Ed. São Paulo: Loyola, 2001
- ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1984.
- ARROYO, M. G. **Educação de Jovens Adultos: um Campo de Direitos e de Responsabilidade Pública**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011 (Estudos em EJA).
- ÁVILA, F. B. **Pequena enciclopédia de moral e civismo**. Brasília: MEC, 1992.
- BRANDÃO, Z. **Evasão e Repetência no Brasil - A Escola Em questão**. Dois Pontos, 2 ed. Rio de Janeiro 2004.
- IBGE. **Criação do Distrito de São José de Alcobaça**: Pela lei municipal nº 528, de 18-10-2003. Biblioteca. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/visualização/dtbs/Bahia/alcobaca.pdf>>. Acesso: 28 mar. 2015.
- INEP. **Brasil tem a 3ª maior taxa de evasão escolar entre 100 países, diz Pnud**. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2013>>. Acesso: 24 jun. 2015.
- BRASIL. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria da Educação Fundamental (SEF). **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental. Brasília: MEC-SEF, 1998.
- CEARON N. M. **Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos**. PRAJA: Visão do Aluno. Uma Experiência no Sul da Bahia. EDUNEB-Salvador BA-2011.
- CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO DE ADULTOS. 1997, Hamburgo, Alemanha. Declaração de Hamburgo: agenda para o futuro. Brasília: SESI/UNESCO, 1999.
- COURA G. M. **Entre medos e sonhos nunca é tarde para estudar: a terceira idade na Educação de e Adultos**. GT 18: Educação de Jovens e Adultos. Prefeitura Municipal de Contagem. 2008. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/3_1ra/1trabalho/GT18-4504_Int.pdf>. Acesso: 18 maio 2015.
- FARIA R. S. **Evasão e Permanência na EJA: Por Um trabalho de Qualidade na Gestão de Uma Escola da Rede Municipal de Belo Horizonte**, 2013. (Dissertação de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação) Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais. Disponível em: <<http://educacao.ufjf.br/pós-graduação/>>. Acesso: 27 maio 2015.

FREIRE, P. **Ação Cultural para a liberdade e outros escritos**. 10 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. **A Educação na Cidade**. 4 ed. São Paulo, Cortez, 2000.

_____. **A Importância do Ato de Ler**: em três artigos que se completam. 22 ed. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. **Educação como prática da Liberdade**. 29 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000, 6 ed .

_____. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, M. e ROMÃO, J. E. (Orgs.) **Autonomia da escola**: princípios e propostas. São Paulo: Cortez, 2001.

GONÇALVES, V. F. **Como Sobreviver Em Sala de Aula**. 1 ed. São Paulo, Fábricas de Ideias Pedagógicas Editora, 2002.

GUIMARÃES, K, C.T. **A Formação de Jovens e Adultos no Município de Colatina e a (não) Inclusão desses Sujeitos ao Proeja**, 2012. (Dissertação de Mestrado em Educação, na Linha de Pesquisa Diversidade e Práticas Educacionais Inclusivas). Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: <http://educacao.ufjf.br/pos-graduacao/>. Acesso: 5 jun. 2015.

HADDAD, S. **Estado e Educação de Adultos (1964-1985)**. 1991. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

HADDAD, S. e DI PIERRO, M. C. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 14, 2000, p. 108-130.

JUNIOR, J.S.Sales. **Uma Análise Estatística dos Fatores de evasão e Permanência de Estudantes de Graduação Presencial da UFES Vitoria ES**, 2013. (Dissertação de Mestrado em Gestão Pública do Centro de Ciência Jurídicas e Econômicas) Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: <<http://educacao.ufes.br/pos-graduacao/>>. Acesso: 13 maio 2015.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da Escola Pública**: a pedagogia crítico social dos conteúdos. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

PERRENOUD, P. **Práticas Pedagógicas, Profissão Docente e Formação**: Perspectivas Sociológicas. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

PINHEIRO, F. A. **Educação de Jovens e Adultos por meio do PROEJA-FIC: uma análise da evasão escolar no IFES *campus* São Mateus/ES.** Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional). Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, ES, 2014.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política.** 33. ed. Campinas, 2008.

SANTANA, V. S. **Estratégias para Permanência – Percepções dos Jovens e Adultos sobre Abandono no Processo de Escolarização na Rede Municipal de Educação de Salvador.** 2011. (Dissertação de Mestrado em Educação. Linha Política e Gestão da Educação) Universidade federal da Bahia. Disponível em: <<http://educacao.ufba.br/pos-graduacao/>>. Acesso: 16 jun. 2015.

CHARGEL P. e SMINK J. **Estratégias para Auxiliar O Problema de Evasão Escolar.** Tradução de FILHO F. F Rio de Janeiro: Dunya, 2002.

SOARES, L. J. G. **A Educação de Jovens e Adultos: Momentos Históricos e Desafios Atuais.** *Revista Presença Pedagógica*, v.2, nº11, Dimensão, set/out 1996.

SOARES M. B. **Escola Primária: Trajetórias e Determinantes da Evasão Escolar da Escola Pública E Privada.** 2 edição. Campinas São Paulo: Papyrus, 1996.

SOUSA, J. V. **A construção da identidade do sujeito no projeto político-pedagógico.** In: FONSECA, M. & VEIGA, I. P. A. (Orgs.) *Dimensões do projeto político-pedagógico.* Campinas: Papyrus: 2005.

TAPIA A. J. FITA C. E. **A Motivação Em Sala de Aula.** Edições Loyola-São Paulo 2001.

TRIVINOS, A. N. da S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 2008.

VIAL, M. **Um Desafio à Democratização: o fracasso escolar.** In: BRANDÃO, Zaia (Org.). *Democratização do ensino: meta ou mito?* Rio de Janeiro, Francisco Alves, 2004.

YOKOTA, M. S. F. **Evasão no Ensino Técnico e Técnico Integrado ao Ensino Médio: Um Estudo de Caso nos cursos Técnicos em Eletrônica, Informática e Mecatrônica da Etec Jorge Street do Centro Paula Souza.** 2015 (Dissertação de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública), Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <<http://educacao.ufjf.br/pos-graduacao/>>. Acesso: 1º jul. 2015.

ZABALA, Antônio. **A prática Educativa: como ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

APÊNDICES

MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Pesquisa: Educação de Jovens e Adultos: problematizando a evasão em uma escola do interior da Bahia

APÊNDICE A - Roteiro aplicado para os alunos do 2ª Etapa da EJA que abandonaram os estudos em 2014

Informações prestadas ao respondente: as informações obtidas têm como única finalidade a dissertação de mestrado. Os dados coletados são de caráter confidencial e a partir das respostas obtidas, teremos o instrumento necessário para analisar todo o processo, bem como contribuir para uma maior efetividade no ensino da Educação de Jovens e Adultos. Será assegurado o completo sigilo do informante, sendo este (a), mencionado (a) pelas iniciais de seu nome ou por nome fictício (a sua escolha) na dissertação deste trabalho de pesquisa.

1) Dados do respondente:

a) Data:

b) Sexo:

c) Idade:

d) Estado Civil:

e) Nº de filhos:

f) Cidade:

g) Trabalha: () SIM () NÃO

Profissão:

h) Escolaridade:

2) Questões:

- a) Qual foi sua motivação ao retornar aos estudos?
- b) Qual era a sua expectativa antes de abandonar os estudos?
- c) Quais os pontos negativos da Educação de Jovens e Adultos vistos por você, quando era aluno na EMEF São José? E como era a Metodologia de ensino adotada pelos professores?
- d) Qual o(s) motivo(s) que o levou(aram) a abandonar os estudos?
- e) Outras informações (observações) relevantes que julga ser necessária dizer.

MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL,
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Pesquisa: Educação de Jovens e Adultos: problematizando a evasão em uma escola do interior da Bahia

APÊNDICE B – Roteiro para entrevista semiestruturada – Professor que atua na Escola em 2015

Informações prestadas ao respondente: as informações obtidas têm como única finalidade a dissertação de mestrado. Os dados coletados são de caráter confidencial e a partir das respostas obtidas, teremos o instrumento necessário para analisar todo o processo, bem como contribuir para uma maior efetividade no ensino da Educação de Jovens e Adultos.

Nome do Respondente:

Data:

Formação acadêmica:

Questões: a) Qual a disciplina que você lecionou para as turmas A (8º e 9º) e B (8º e 9º) da Educação da EJA em 2014? E os alunos demonstraram interesse pela disciplina que lecionou?

b) Foi opção sua lecionar para as turmas A (8º e 9º) e B (8º e 9º)?

c) Faça uma autoavaliação sobre as suas aulas para a(s) turma(s) A (8º e 9º) e B (8º e 9º).

d) Você participou da elaboração da proposta curricular e pedagógica para a Educação de Jovens e Adultos da escola?

e) Você se sente preparado para trabalhar com esse público?

f) Como você avalia o alto índice de evasão das turmas evadidas em 2014? Que outras informações você vê como relevantes que julga ser necessária dizer?

MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL,
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Pesquisa: Educação de Jovens e Adultos: problematizando a evasão em uma escola do interior da Bahia

Mestranda: Lelícia Ferreira Amorim

APÊNDICE C – Roteiro para entrevista semiestruturada-Coordenador da Educação dos Jovens e Adultos em 2015

Informações prestadas ao respondente: as informações obtidas têm como única finalidade a dissertação de mestrado. Os dados coletados são de caráter confidencial e a partir das respostas obtidas, teremos o instrumento necessário para analisar todo o processo, bem como contribuir para uma maior efetividade no ensino do Ensino para os estudantes do Noturno.

Nome do Respondente:

Data:

Formação acadêmica:

Questões:

- a) Quais as dificuldades encontradas para trabalhar com a Educação de Jovens e Adultos
- b) Como você avalia sua experiência com esse público?
- c) Como você avalia a proposta curricular da EJA?
- d) Como você avalia o alto índice de evasão nas turmas da II etapa da Educação de Jovens e Adultos em 2014?
- e) Houve alguma ação para se evitar a evasão de alunos do programa?
- f) Outras informações (observações) relevantes que julga ser necessária dizer.

Pesquisa: Educação de Jovens e Adultos: problematizando a evasão numa escola do interior da Bahia

APÊNDICE D - Roteiro para entrevista semiestruturada – Gestor em 2015

Informações prestadas ao respondente: as informações obtidas têm como única finalidade a dissertação de mestrado. Os dados coletados são de caráter confidencial e a partir das respostas obtidas, teremos o instrumento necessário para analisar todo o processo, bem como contribuir para uma maior efetividade no ensino da EJA.

Nome do Respondente:

Formação acadêmica:

Questões:

- a) Quais as dificuldades encontradas na Educação de Jovens e Adultos?
- b) Como você avalia sua experiência com esse público?
- c) Como você avalia a proposta curricular do ensino da EJA?
- d) Como você avalia o alto índice de evasão das turmas da EJA na II etapa em 2014?
- e) Houve alguma ação para se evitar a evasão de alunos do programa?
- f) Outras informações (observações) relevantes que julga ser necessária dizer.

MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Pesquisa: Educação de Jovens e Adultos: problematizando a evasão em uma escola do interior da Bahia

APÊNDICE E - Lista de Gráficos sobre os resultados da entrevista

Gráfico 1 - Motivação dos Alunos ao ingressar nos estudos.

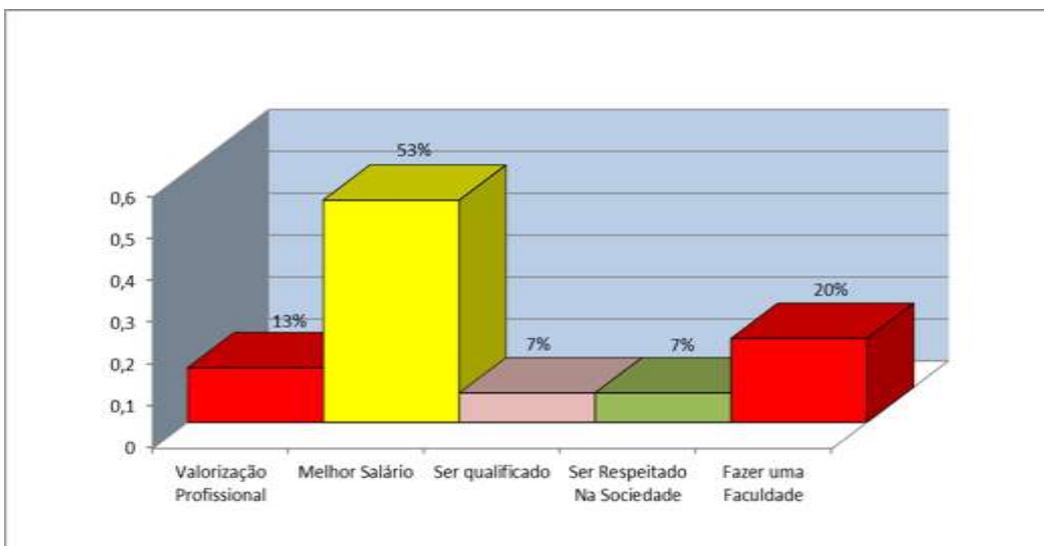


Gráfico 2- Expectativas dos ex-alunos entrevistados.

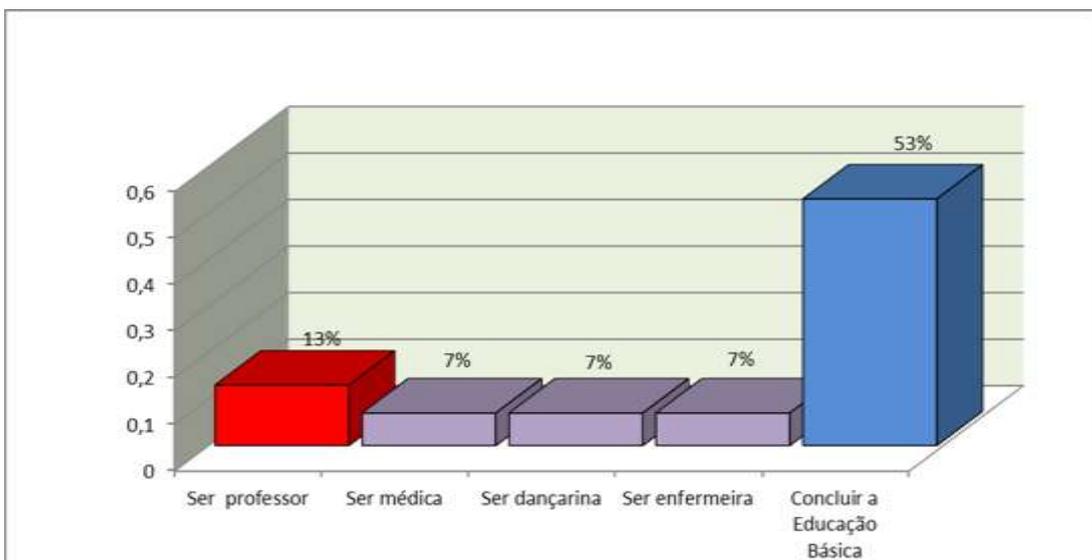


Gráfico 3 - Avaliação pelos ex-alunos da Metodologia de Ensino adotada pelos professores da EJA

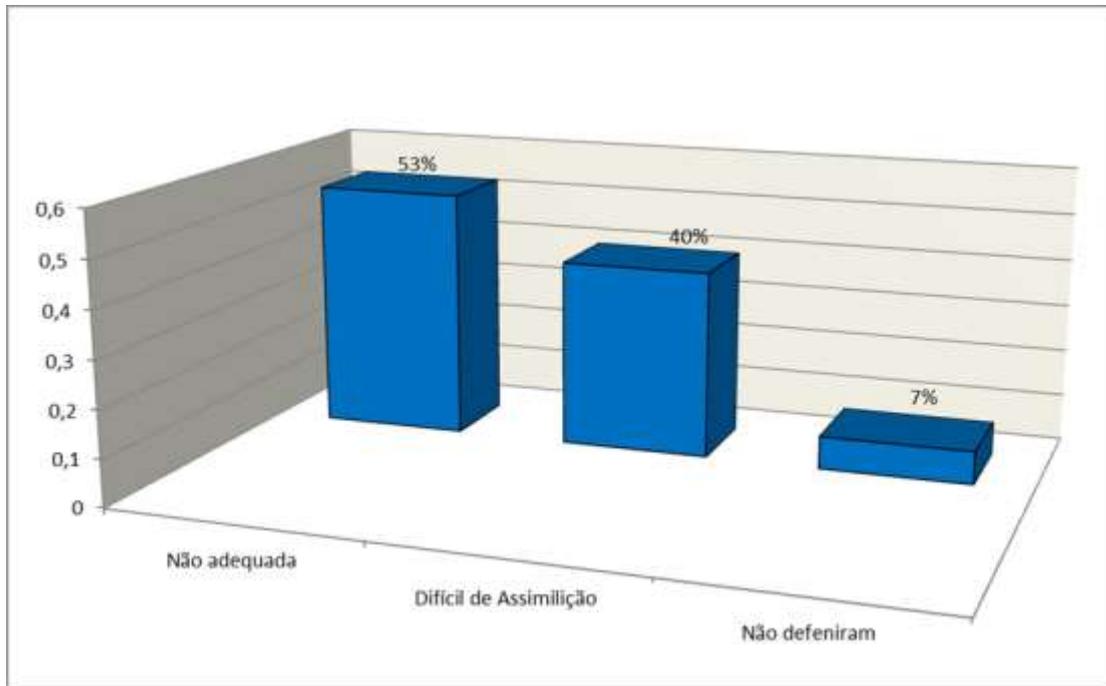


Gráfico 4 - Motivos específicos da Evasão Escolar na Perspectiva dos Alunos

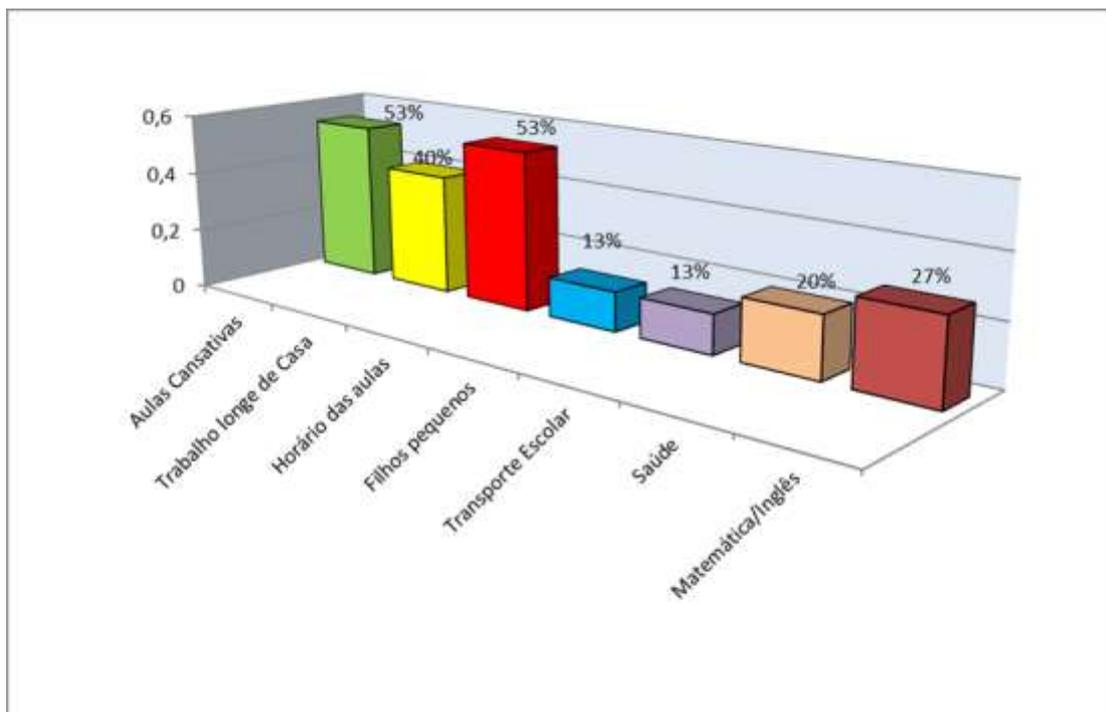
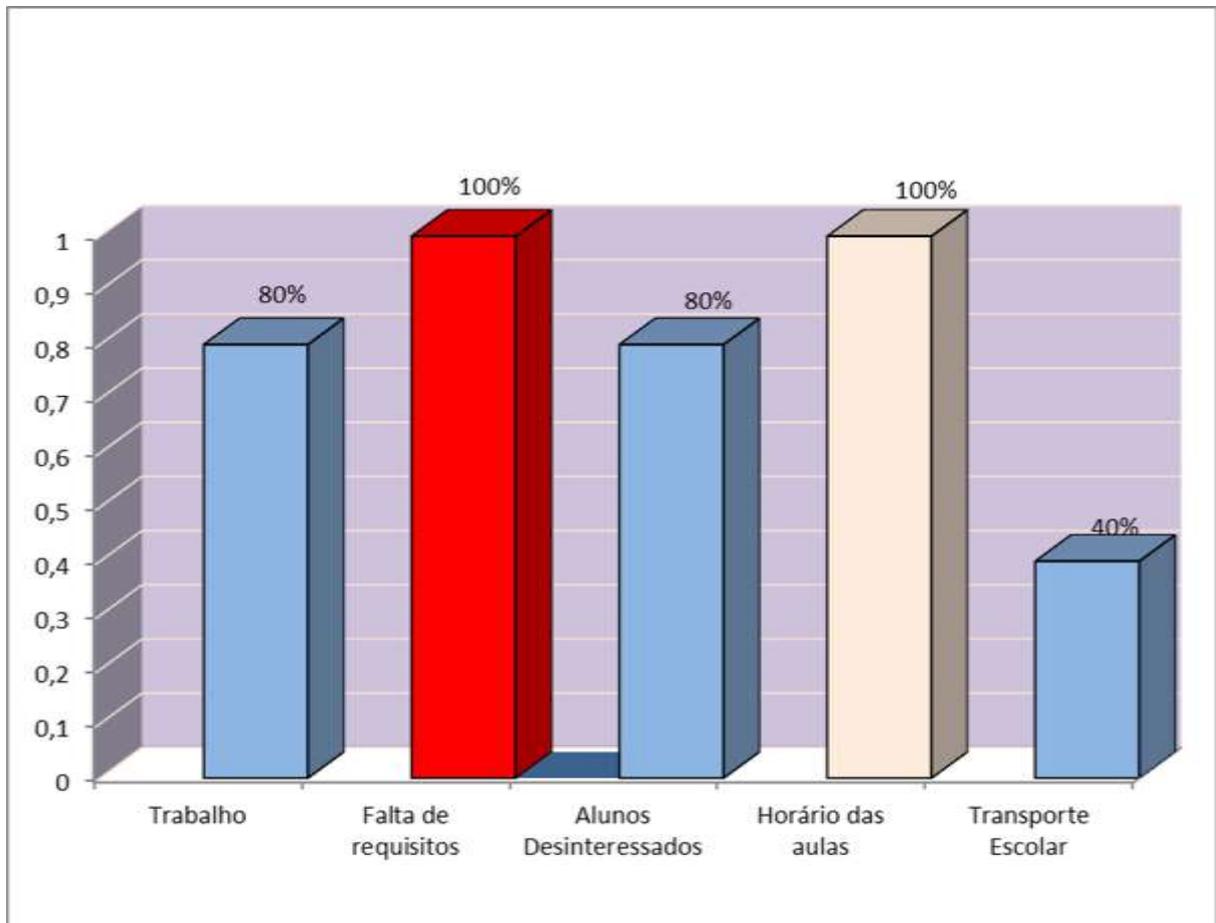


Gráfico 5- Motivos Específicos da Evasão Escolar na visão dos Professores



ANEXO A



**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Reconhecido pela Portaria MEC/CNE nº 1.324 de 08/11/2012 publicada no D.O.U. de 09/11/2012

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

São Mateus, 03 de Outubro de 2015.

Prezados (as) Senhores (as)

Eu **Lelicia Ferreira Amorim** mestrando (a), responsável principal pelo projeto de Dissertação de Mestrado intitulada "**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PROBLEMATIZANDO A EVASÃO ESCOLAR NUMA ESCOLA DO INTERIOR DA BAHIA**", que pertence ao curso de **Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional** da Faculdade Vale do Cricaré, solicita (a) Diretor (a) do (a) Escola Municipal do Ensino Fundamental São José a autorização para realizar a pesquisa de campo, com o objetivo de desenvolver trabalho de Mestrado. A pesquisa será orientada pelo (a) Professor (a) **Dr. Edmar Reis Thiengo**.

Contando com a autorização desta instituição, colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento.

Atenciosamente,

Lelicia Ferreira Amorim
Assinatura do Pesquisador
Aluno (a)

Thiengo
Assinatura do (a) Orientador (a)

Luana Frigulha Guisso
Coordenadora Adjunta
Msc. Luana Frigulha Guisso

ANEXO B



ESCOLA M. DO ENSINO FUNDAMENTAL SÃO JOSÉ.
RUA PARÁ Nº 304, SÃO JOSÉ DE ALCOBAÇA – BAHIA
CNPJ 02.084.199/0001-99.



E-mail: emefsj304@hotmail.com

Declaração de Aceite da Pesquisa EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PROBLEMATIZANDO A EVASÃO EM UMA ESCOLA DO INTERIOR DA BAHIA, NO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, pela Faculdade Vale do Cricaré Espírito Santo.

Em, atendimento a solicitação de autorização da pesquisa, Eu Valquires Vieira da Paz, portador de RG: 1197813608 SSP/BA. Diretor da Escola Municipal do Ensino Fundamental São José, autoriza a mestrandia Lelícia Ferreira Amorim a realizar a pesquisa Supracitada. Declaro, ainda ter recebido as devidas explicações sobre a referida pesquisa.

São José de Alcobaça/Alcobaça/BA, 05 de outubro de 2015

Att;

Renata Conceição Santos
Vice-Diretora
Port. n.º 321 de 10/04/2014